

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

OS IMPACTOS DO FORMATO DE
APRESENTAÇÃO E A RELEVÂNCIA
DA GARANTIA DE FIABILIDADE NO
RELATO INTEGRADO

Agatha Martins

Mestrado em Contabilidade

Lisboa, fevereiro de 2022

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

OS IMPACTOS DO FORMATO DE
APRESENTAÇÃO E A RELEVÂNCIA
DA GARANTIA DE FIABILIDADE NO
RELATO INTEGRADO

Agatha Pinto Martins

Projeto de dissertação submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica da Professora Maria Albertina Barreiro Rodrigues, professora adjunta da área científica de Contabilidade e Auditoria e coorientação do Professor Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque, professor coordenador da área científica de Contabilidade e Auditoria

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutora Ana Isabel Dias

Vogal: Prof. Doutor Pedro Pinheiro

Vogal: Prof. Doutora: Maria Albertina Barreiro Rodrigues

Lisboa, fevereiro de 2022

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação deve-se, em grande parte, ao incansável apoio e dedicação dos meus orientadores. Assim, pretendo deixar aqui o meu igual reconhecimento e agradecimento aos professores que tornaram possível a realização deste trabalho.

À Professora Maria Albertina Barreiro Rodrigues, a minha sincera gratidão pelo seu rigor científico e por todo o seu contributo que permitiu elaborar um trabalho mais completo e, por extensão, concluir esta etapa com um sentimento genuíno de realização académica.

Ao Professor Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque, a minha sincera gratidão por todo o apoio durante a fase experimental da investigação e empenho demonstrado durante todo o trabalho. Foram fatores determinantes para que eu nunca tenha, por muito atribulada que tenha sido esta jornada, ponderado a hipótese de deixar o trabalho por concluir.

Aos alunos de mestrado e professores do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, o meu agradecimento pela disponibilização demonstrada durante o estudo experimental, que permitiu uma recolha de dados rica e confiável.

Por fim, à minha (pequena e muito próxima) família, que me acompanhou durante este período e que sempre me ajudou a manter este objetivo presente, o meu maior agradecimento. O vosso apoio incondicional foi indispensável em todos os momentos, como só vocês sabem.

Resumo

Com o aumento da percepção de que a informação constante nos tradicionais relatos financeiros não satisfaz as necessidades dos *stakeholders*, tem-se verificado a generalização de relatos que permitem uma adequada divulgação da informação não financeira, de onde se destaca o relato integrado. O objetivo deste estudo consiste em analisar se os diferentes formatos de apresentação da informação não financeira têm influência sobre a eficácia de análise e o tempo de interpretação da informação. Adicionalmente, procurou-se identificar os efeitos da complexidade de uma tarefa sobre a eficácia da análise dessa mesma informação. Por fim, procurou-se ainda relacionar a relevância atribuída à informação não financeira e à garantia de fiabilidade da informação. Para o efeito, foram elaboradas diferentes versões de um questionário desenvolvido a partir de excertos de um relato integrado de uma entidade cotada na *Euronext* Lisboa, posteriormente conduzidos a estudantes do segundo ciclo do ensino superior utilizados como *proxy* de investidores não profissionais. Os resultados obtidos, a partir de 170 respostas, demonstram a existência de impactos distintos sobre os aspetos analisados em função dos diferentes formatos de apresentação, embora não se apresentem globalmente significativos. Identificou-se, ainda, a existência de uma relação entre a relevância que atribuem à informação não financeira e à garantia de fiabilidade dessa mesma informação. Este estudo contribui, assim, para a literatura em torno da análise dos fatores que podem condicionar a tomada de decisão dos utilizadores com base na informação não financeira, assim como da relevância atribuída à garantia de fiabilidade dessa mesma informação.

Palavras-chave: formato de apresentação; garantia de fiabilidade; informação não financeira; investidores não profissionais; tomada de decisão.

Abstract

With the increasing perception that information found in traditional financial reports does not meet the stakeholders' needs, there has been a generalization of reports that allow for a proper disclosure of non-financial information, of which the integrated report is emphasized. The aim of the study is to analyze whether the different formats for presenting non-financial information can influence the effectiveness of the analysis and the time needed to comprehend that information. Additionally, this study seeks to identify how the complexity of a task may affect the analysis' effectiveness of that same information. Finally, this research also tries to find a correlation between the perceived relevance for non-financial information and for the assurance of that information. A survey was developed for this purpose, with different versions, based on extracts from an integrated report of a Euronext Lisbon's listed company, which were then brought to second cycle college students, used as a proxy for non-professional investors. The findings, from 170 responses, reveal that effects on the aspects studied vary with the different presentation formats, although they are not universally meaningful. It was also found the existence of a relationship between the perceived relevance that the test subjects give to non-financial information and the assurance of that same information. This study thus contributes to the literature on the analysis of factors that may influence users' decision-making processes based on non-financial information, as well as the relevance assigned to assuring the reliability of that information.

Keywords: presentation format; assurance of reliability; non-financial information; non-professional investors; decision making.

Índice

1.	Introdução	1
2.	Enquadramento teórico	5
2.1.	O relato de informação não financeira.....	5
2.2.	Estruturas, modelos e regulação para o relato de informação não financeira.....	11
2.2.1.	Global Reporting Initiative.....	11
2.2.2.	International Integrated Reporting Council.....	13
2.2.3.	Sustainability Accounting Standards Board	17
2.2.4.	Organização, Cooperação e Desenvolvimento Económico.....	18
2.2.5.	Organização das Nações Unidas.....	18
2.2.6.	International Organization for Standardization	20
2.2.7.	Legislação europeia	21
2.2.8.	Legislação Nacional	25
3.	Hipóteses propostas	27
3.1.	O formato de apresentação.....	27
3.2.	A complexidade da tarefa.....	33
3.3.	A garantia de fiabilidade da informação não financeira.....	35
4.	Estudo empírico.....	39
4.1.	Metodologia.....	39
4.1.1.	Caracterização geral do estudo.....	39
4.1.2.	Variáveis e técnicas estatísticas utilizadas	43
4.1.3.	Amostra	45
4.2.	Apresentação e análise dos resultados.....	48
4.2.1.	O formato de apresentação	48
4.2.2.	A complexidade da tarefa	50
4.2.3.	A garantia de fiabilidade da informação não financeira	54

5. Conclusões, limitações e sugestões de investigações futuras	59
5.1. Conclusões.....	59
5.1.1. O formato de apresentação	59
5.1.2. A complexidade da tarefa	60
5.1.3. A garantia de fiabilidade da informação não financeira	61
5.2. Limitações e sugestões de investigação futura	61
Referências bibliográficas.....	63
Apêndice 1 – Garantia de fiabilidade da informação não financeira.....	71
Apêndice 2 – Ausência da garantia de fiabilidade da informação não financeira.....	71
Apêndice 3 – Questões demográficas	72
Apêndice 4 – Formato gráfico ou figurativo	73
Apêndice 5 – Formato através de tabelas.....	80

Índice de Figuras

Figura 2.1 – Pirâmide de responsabilidade social da empresa.....	8
Figura 2.2 – Dimensões do Relato Integrado	15
Figura 2.3 – Processo de criação do valor.....	16
Figura 3.1 – <i>Impression management</i> – Aprimoramento da apresentação (origens diferentes)	30
Figura 4.1. – Características dos diferentes modelos de questionários	40
Figura 4.2 – Ilustração do grau de complexidade da tarefa – H2.....	51
Figura 4.3 – Eficácia da análise em função da complexidade da pergunta – H2.....	53
Figura 4.4 – Eficácia da análise em função da complexidade da informação – H2.....	53
Figura 4.5 – Mapa de densidade – H3	56

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 – Tipos de relato e a sua função	2
Tabela 2.1 – Definições gerais da RSE	7
Tabela 4.1. – Questões realizadas no questionário e a respetiva hipótese.....	41
Tabela 4.2 – Testes estatísticos selecionados em função das variáveis e hipóteses.....	43
Tabela 4.3 – Estudos que utilizam estudantes como <i>proxy</i> de investidores não profissionais...	46
Tabela 4.4 – Caracterização demográfica da amostra.....	47
Tabela 4.5 – Frequências e significância do qui-quadrado – H1.....	48
Tabela 4.6 – Valores médios e significância do Mann-Whitney – H1	49
Tabela 4.7 – Frequências e significância de qui-quadrado – H2.....	51
Tabela 4.8 – Níveis de significância de Wilcoxon – H2.....	54
Tabela 4.9 – Estatísticas descritivas e significância do teste dos sinais – H3.....	55
Tabela 4.10 – Relevância da INF versus relevância da garantia de fiabilidade – H3	56
Tabela 4.11 – Estatísticas descritivas e significância do teste dos sinais – H3 (adicional)	57

Lista de abreviaturas

A4S – *Accounting for Sustainability*

AC – Alta complexidade

ANEFA – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração

BC – Baixa complexidade

CE – Comissão Europeia

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EFRAG – *European Financial Reporting Advisory Group*

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

G – *Guideline*

GRI – *Global Reporting Initiative*

H – Hipótese de investigação

IASB – *International Accounting Standards Board*

IIRC – *International Integrated Reporting Council*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

INF – Informação não financeira

ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

ISO – *International Organization for Standardization*

KPI – *Key performance indicators*

MC – Média complexidade

NCPs – Pontos de Contato Nacionais para uma conduta empresarial responsável

O – Objetivo de investigação

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

Q – Questão de investigação

RI – Relato integrado

RS – Relato de sustentabilidade

RSE – Responsabilidade social empresarial

SASB – *Sustainability Accounting Standards Board*

UE – União Europeia

1. Introdução

Na presente introdução é efetuada a apresentação do enquadramento e relevância do tema, do objeto, objetivos, linhas metodológicas gerais da investigação e contribuição e da estrutura da dissertação.

A estrutura do relato empresarial é variável e subjetiva, uma vez que pode ser distinto de empresa para empresa e de país para país. Geralmente, a informação é em grande parte financeira, um paradigma que parece estar a mudar (Ferreira, 2014). O relato empresarial mantém-se como o principal meio de comunicação com os *stakeholders* (Ferreira, 2014).

Eccles e Serafeim (2015, p. 2) referem que “As entidades privadas são os principais agentes económicos numa sociedade capitalista”, contribuindo em larga escala para o desenvolvimento económico de um país ou região. Nesse contexto, caracterizado por um volume elevado de transações comerciais em redor de entidades privadas, é essencial que surjam investidores que garantam a estas entidades o acesso aos recursos necessários para produzir e distribuir os seus produtos e serviços.

No entanto, para que investidores e organizações participem neste processo, é necessário que tenham à sua disposição informação útil sobre as entidades que lhes permita realizar estas transações com um maior grau de confiança. Esta informação surge na forma de relato empresarial (Leocádio, 2017). Ao longo do tempo, os *stakeholders* foram aumentando as suas exigências perante a informação disponibilizada, desafiando as entidades a uma evolução dos seus relatórios e contas.

É neste contexto que surgem, designadamente, os relatos de responsabilidade social empresarial (RSE), também designados de relato de sustentabilidade (RS), contemplando informação não financeira (INF), e, na sequência destes, o relato integrado (RI), contemplando informação financeira e não financeira numa perspetiva integrada.

Segundo Eccles e Serafeim (2015), os vários tipos de relato podem ser classificados através de duas funções: (i) a função de informação, inerente ao relato financeiro, e (ii) a função de transformação, incluída no relato de RSE ou no RI, conforme se pode observar na Tabela 1.1.

A função de informação cinge-se a fornecer aos *stakeholders* informação relevante sobre a entidade para efeitos de tomada de decisão. Por sua vez, a função de transformação pressupõe ainda um *feedback* dos *stakeholders*, que devem avaliar a informação que lhes foi dada, influenciando o comportamento da entidade, que deve estar recetiva a este *feedback*.

Tabela 1.1 – Tipos de relato e a sua função

Tipo de Relato	Informação	Função
Financeiro	Financeira	Informação
RSE ou de sustentabilidade	Não financeira	Transformação
Integrado	Financeira e não financeira	Transformação

Fonte: Adaptado de Eccles e Spiesshofer (2015, p. 3)

Eccles e Spiesshofer (2015) referem que a função de transformação para o RI é mais do que uma abordagem para divulgar informações, sendo também uma forma de promover o pensamento integrado. A divulgação do RI permite:

- (i) melhorar a reputação da empresa transmitindo uma imagem credível e transparente do desempenho da empresa (Maroun, 2017);
- (ii) aumentar o valor da empresa e a competitividade, avaliar o planeamento, o desempenho e a expectativa da sustentabilidade (Lozano, Nummert & Ceulemans, 2016); e
- (iii) corresponder às expectativas dos *stakeholders* (Carini, Rocca, Veneziani, & Teodori, 2018).

Neste contexto, a divulgação de uma opinião independente sobre a INF divulgada, a garantia de fiabilidade, poderá contribuir para apreciação dos indicadores não financeiros e para a melhoria da credibilidade e da fiabilidade da informação presente no RI (Briem & Wald, 2018).

Esta dissertação parte das três seguintes questões de investigação (Q):

- Q1. “os diferentes formatos de apresentação do relato não financeiro resultam em efeitos diferenciados sobre a eficácia da análise e o tempo de interpretação da INF?”
- Q2. “a complexidade da tarefa afeta a eficácia da análise da INF, independentemente do formato de apresentação do relato não financeiro?”
- Q3. “a relevância atribuída à garantia de fiabilidade da INF encontra-se associada à relevância atribuída à INF?”

O estudo efetuado, subjacente a esta dissertação, apresenta, assim, três distintos objetivos (O), que visam dar resposta às questões de investigação propostas, nomeadamente:

- O1: analisar se o **formato de apresentação** do relato não financeiro tem influência sobre a **eficácia da análise e o tempo de interpretação** da INF por parte dos investidores não profissionais;

- O2: analisar se a **complexidade da tarefa** tem influência sobre a **eficácia da análise** da INF por parte dos investidores não profissionais, independentemente do formato de apresentação do relato não financeiro;
- O3: analisar a relevância atribuída à **garantia de fiabilidade da INF**, tendo por base a **relevância atribuída à INF** por parte de investidores não profissionais.

Com vista a alcançar os objetivos anteriormente apresentados, a metodologia adotada consistiu no desenvolvimento da revisão da literatura subjacente aos temas em estudo, numa primeira fase, e na segunda fase na realização de um questionário.

O estudo efetuado tem por objeto excertos de informação contida no RI de uma entidade com ações cotadas no mercado regulamentado português. Os vários excertos retirados e adaptados foram posteriormente incluídos em quatro diferentes versões de um questionário. Em termos mais específicos, foram realizados dois conjuntos, com duas versões cada, do questionário: o primeiro, a partir de um formato de apresentação mais gráfico e figurativo, o segundo, a partir de um formato de apresentação mais textual ou através de tabelas. Cada conjunto é constituído, por sua vez, por duas versões do questionário que diferem apenas quanto à existência, ou não, de garantia de fiabilidade da INF.

Tais versões foram posteriormente distribuídas, de forma aleatória, a estudantes do segundo ciclo do ensino superior na área das ciências empresariais, utilizados como *proxy* de investidores não profissionais, à semelhança do efetuado por Checon (2013), de Hussein, Adel, Elmougy, Fawzy, Hatem e Elhakey (2020), de Chekhar, Gillet-Monjarret e Martinez (2013) e Hodge, Kennedy e Maines (2004). Os dados recolhidos foram numa fase subsequente utilizados para a realização da análise descritiva, recorrendo a medidas de tendência central, bem como testes não-paramétricos bivariados. O quarto capítulo desta dissertação apresenta mais informações adicionais acerca da componente metodológica subjacente ao estudo efetuado.

A investigação a desenvolver pretende, assim, contribuir para a literatura em torno da discussão referente aos efeitos decorrentes do formato de apresentação da informação sobre a tomada de decisão dos utilizadores, tendo por base o relato da INF, bem como da relevância atribuída pelos investidores não profissionais à garantia de fiabilidade da INF, à luz da relevância que atribuem à INF em geral.

Esta dissertação encontra-se subdividida em cinco capítulos, sendo o primeiro relativo a esta introdução, dedicada à apresentação da contextualização da temática proposta, questão de investigação, objetivos e objeto de estudo. O segundo capítulo dedica-se ao enquadramento teórico, que abarca a temática do relato da INF em geral. No terceiro capítulo concretizam-se

os objetivos deste estudo, apresentando-se a revisão de literatura em torno das teorias e estudos empíricos que permitiram a formulação das hipóteses propostas. No quarto capítulo, denominado estudo empírico, apresenta-se a metodologia utilizada para concretizar a investigação e analisam-se os resultados obtidos. O quinto e último capítulo é dedicado às conclusões, limitações e sugestões para futuras investigações em áreas relacionadas com os temas que constituem o objeto desta dissertação.

2. Enquadramento teórico

O presente enquadramento teórico encontra-se dividido em dois subcapítulos. O primeiro tem como objetivo fazer uma breve apresentação dos diferentes relatos que contemplam INF. O segundo subcapítulo focar-se-á num breve levantamento de possíveis estruturas e modelos de regulamentos utilizados em relatos não financeiros.

2.1. O relato de informação não financeira

Tradicionalmente, o relato empresarial referia-se exclusivamente à informação de carácter financeiro (Monteiro, Ribeiro & Lemos, 2017). Todavia, com a crescente evolução da tecnologia, a globalização das organizações e a interdependência dos mercados, a exigência sobre o relato financeiro tornou-se cada vez maior (Silva, 2014). «O relato financeiro deixou de ser uma ferramenta de divulgação capaz de satisfazer as exigências dos *stakeholders*, nomeadamente informação relativa a fatores externos (políticos, ambientais e sociais), gestão de risco, modelos de negócios, que possibilitem uma tomada de decisão fundamentada» (PricewaterhouseCoopers, 2013 citado por Monteiro, Ribeiro, & Lemos, 2017)¹.

A INF disponibiliza informação sobre as políticas internas e externas, a visão, missão e objetivos da entidade, a gestão de riscos assim como as políticas de anticorrupção e tentativas de suborno proporcionando informações complementares e distintas de uma avaliação mais tradicional (Erkens, Paugam & Stolowy, 2015 citado por Reis, 2020)². Os relatos de INF constroem confiança e vantagens competitivas, melhoram processos e sistemas e desenvolvem a estratégia da entidade, nomeadamente a nível de produtos, concorrentes e clientes (Feil & Schreiber, 2017, Romero, Ruiz, & Fernandez-Feijoo, 2019).

Um relato de INF é um relato publicado por uma organização onde são abordadas de forma voluntária as preocupações ambientais e sociais nas atividades das entidades (Geerts & Dooms, 2020, & Gatti & Seele, 2014) e nas interações com os *stakeholders* (Enquist, Johnson & Skälén, 2006). Assim sendo, a divulgação de relatos não financeiros permite equilibrar os objetivos financeiros com os não financeiros e demonstrar a ligação existente entre a estratégia da empresa e o compromisso, a médio e longo prazo, com uma economia global sustentável (Baker & Schaltegger, 2015, & Nobanee & Ellili, 2016). Feil e Schreiber (2017) afirma que o

¹PriceWaterHouseCoopers. (2013). *Point of View: Integrated Reporting - Going beyond the financial results*, Disponível em <https://www.pwc.com/my/en/assets/services/1308-point-of-view-integrated-reporting.pdf>.

²Erkens, M., Paugam, L. & Stolowy, H. (2015). *Non-financial information: State of the art and research perspectives based on a bibliometric study*. *Comptabilité-Contrôle-Audit*, 21(3), 15-92.

desenvolvimento sustentável implica atuar de modo responsável, de forma a garantir o bem-estar da sociedade futura, considerando a equidade dos aspetos ambientais, sociais e económicos. Em complemento, Elkington (2012) identifica sete dimensões ligadas à construção de um futuro sustentável (Elkington, 2012 citado por Bevilaqua & Sirino, 2020)³:

- Mercado – O desenvolvimento de estratégias empresariais que procurem responder às exigências sociais, ambientais e políticas;
- Valores – Desenvolvimento de revisões constantes, auditorias regulares por forma a verificar a presença de valores antiéticos e antissociais, tais como o trabalho infantil e escravo e o assédio;
- Transparência – Divulgar de informações detalhadas e consistentes;
- Tecnologia e ciclo de vida – Planeamento do ciclo de vida dos produtos (a produção, o tempo de vida útil e a decomposição do mesmo) com o intuito de não produzirem produtos tóxicos para o meio ambiente;
- Parcerias – Delimitação de estratégias como resposta às necessidades sociais/políticas, ambientais e económicas, realizando parcerias com organizações não governamentais (ONG), e com governos;
- Tempo – O desenvolvimento sustentável é um processo longo, que poderá originar benefícios financeiros, ambientais e sociais;
- Governo Societário – O constante diálogo entre *stakeholders* e gestores é fundamental, proporcionando o desenvolvimento de ideias inovadoras e sustentáveis.

Inicialmente, a literatura relativa à INF centrava-se, sobretudo, no interesse em torno da divulgação de informação relacionada com a RSE (Ribeiro, 2019).

Bowen (1953) marca o início do conceito de RSE, através da publicação “*Social Responsibilities of the Businessman*” onde realça o impacto que as grandes empresas têm, no meio envolvente e na vida do cidadão comum, através da sua influência (Bowen, 1953, citado por Ribeiro, 2019)⁴.

Freeman (1984) refere que existe uma preocupação maior das organizações e dos *stakeholders* na adoção de práticas socialmente responsáveis, podendo este ser um diferencial competitivo (Freeman, 1984 citado por Ribeiro, 2019)⁵.

³Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. Brasil: M.Books.

⁴Bowen, H. R. (1953). *Social responsibilities of the businessman*. (Livro, Universidade de Iowa Press, Nova York, Estados Unidos da América).

⁵Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman Publishing.

Uma das definições mais conhecida de RSE é a do relato de Brundtland, que a define como sendo «aquela que vai ao encontro das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades» (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD, 1987: 16). As definições clássicas de RSE aproximam-se da definição da CMMAD apesar de não existir uma definição universalmente aceite e unificadora, conforme Tabela 2.1

Tabela 2.1 – Definições gerais da RSE

Fonte	Data	Definição de responsabilidade social empresarial
<i>World Business Council for Sustainable Development</i>	1999	Compromisso das entidades para operarem de um modo ético e contribuírem para o desenvolvimento económico e para a melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores, das comunidades locais e da sociedade em geral.
Organização, Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)	2001	Contribuição do sector empresarial para o desenvolvimento sustentável.
Livro Verde do conselho europeu	2001	Integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das entidades nas suas atividades e na sua interação com os <i>stakeholders</i> .
Comissão Europeia (CE)	2011	“(…) responsabilidade das empresas pelo seu impacto na sociedade”.
<i>International Organization for Standardization (ISO) standard 26000</i>	2012	Responsabilidade de uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no ambiente, através de uma conduta ética e transparente que: - Contribua para o desenvolvimento sustentável, incluindo saúde e bem-estar da sociedade; - Considere as expectativas das partes interessadas; - Conformidade com a lei aplicável e consistente com as normas internacionais de conduta; - Integrada em toda a organização e praticada nas suas relações.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2019, p.7).

Carrol (1979) desenvolveu um dos primeiros modelos de desempenho social empresarial, o modelo tridimensional, apresentado através de três características, nomeadamente:

- i. a responsabilidade e obrigação da atividade da empresa;
- ii. as respostas da empresa em relação à sua responsabilidade social; e
- iii. os objetivos a nível da RSE.

Mais tarde, Carroll (1991) propôs a pirâmide de RSE onde apresenta quatro tipos de responsabilidade social: económica, legal, ética e filantrópica, como se pode verificar através da Figura 2.1. O autor defende que as diferentes responsabilidades estão interligadas e devem ser vistas como um todo.

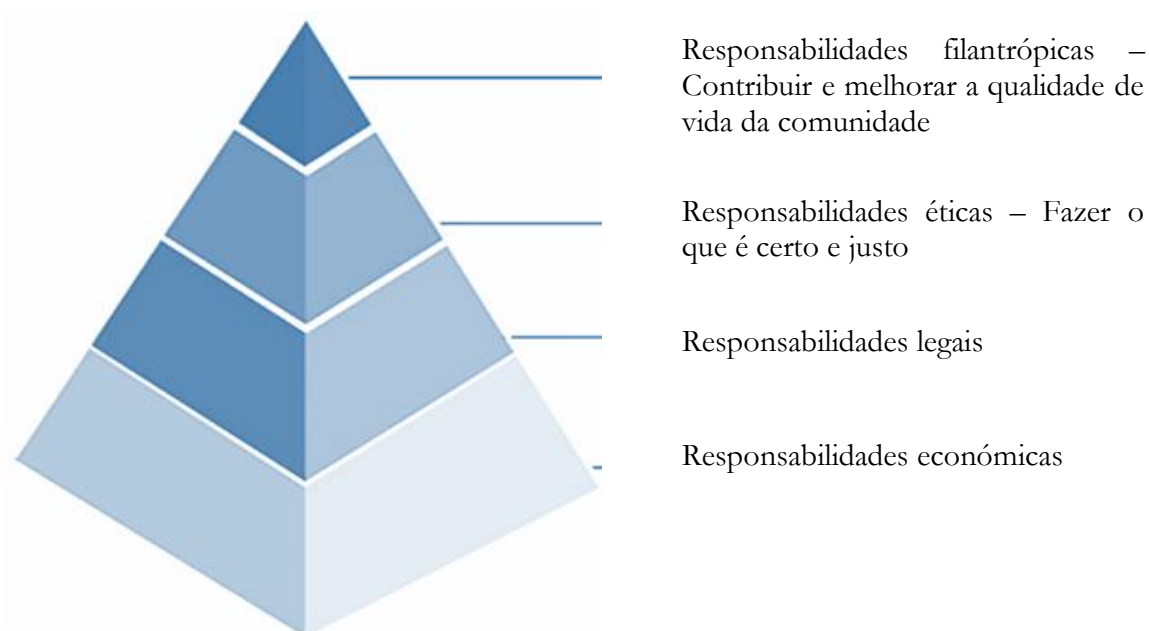


Figura 2.1 – Pirâmide de responsabilidade social da empresa

Fonte: Adaptado Carroll (1991, p.42)

Este modelo foi registando melhorias ao longo do tempo, designadamente através da proposta de Garriga e Melé (2004, p. 51), que afirmam que “...o campo da RSE não só apresenta uma ampla paisagem de teorias, como também uma grande proliferação de abordagens que são controversas, complexas e pouco claras” (Garriga e Melé, 2004 citado por Ribeiro, 2019)⁶. Garriga e Melé (2004, p. 51) classificaram as quatro principais teorias da RSE, nomeadamente:

1. Teorias instrumentais – A entidade deve melhorar o desempenho económico da empresa. Friedman (1998) afirma que a função da RSE é criar riqueza e obter lucro. Rego, Cunha, Gonçalves e Cabral (2007) referem que a RSE é uma ferramenta para atingir os objetivos económicos da empresa e criar riqueza;
2. Teorias políticas – As entidades centram-se no uso responsável da sua influência na sociedade. Segundo Davis (1967), o crescimento das entidades possibilita o crescente poder social da empresa, podendo assim influenciar o equilíbrio do mercado.

⁶ Garriga, E. & Melé, D. (2004). Corporate Social Responsibility, Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, 53(1), 51-71.

3. Teorias integrativas – Defendem que a sociedade tem influência na existência e no crescimento das empresas. Sendo que as empresas devem procurar integrar as decisões e os valores existentes na sociedade (Rego *et al.*, 2007). As abordagens integrativas mais expressivas são:
 - a. A gestão de temas sociais – identificar e avaliar as expectativas sociais é muito relevante para o desenvolvimento social da empresa (Wartick & Mahon, 1994);
 - b. Responsabilidade pública – as empresas devem cumprir a legislação em vigor e participar nos assuntos relevantes da sociedade (Preston & Post, 1981);
 - c. Gestão dos *stakeholders* – Mitchell, Agle e Wood (1997) afirmam a importância de uma gestão equilibrada entre os interesses de todos os que participam e interagem com a empresa;
 - d. Desempenho social da empresa – tem como principal representante o modelo de Carrol (1991), previamente enunciado (Figura 2.1);
 - e. Teorias éticas – Trata-se de teorias baseadas em princípios éticos, que respeitam todas as partes interessadas e o cumprimento das responsabilidades sociais.

Carroll (2015) refere que a RSE é um conceito global que tem vindo a desenvolver-se. Com o passar dos anos o conceito foi alargado a sete novas áreas e responsabilidades tendo por base as ações ‘proteger’ e ‘melhorar’. Proteger a sociedade implica a redução ou até mesmo evitar impactos negativos (por exemplo, poluição, discriminação, produtos inseguros).

Com a evolução do relato sobre RSE, surgiram variadas denominações para designar o relato não financeiro, não necessariamente complementares ou concorrentes, tais como, contabilidade social, relato social e ambiental, RS ou RI (Dumay, Bernardi, Guthrie & Torre, 2017).

Elkington (2004) referiu que é necessária uma abordagem mais abrangente que inclua todas as partes interessadas e incorpore os diferentes aspetos das políticas públicas, tendo proposto o modelo *triple bottom line*, orientado pela regra dos três P: *profits, planet and people*. O *triple Bottom line* representa o equilíbrio entre as três dimensões, prosperidade económica, qualidade ambiental e equidade social.

A literatura tem identificado globalmente uma tendência crescente de divulgação de INF. Um estudo levado a cabo pela GRI verificou um aumento significativo de relatos não financeiros publicados. Em 2016 foram publicados 43.207 relatos não financeiros, cerca de 18% mais do que em 2015.

Karaman, Kilic e Uyar (2018) analisaram 447 relatos de sustentabilidade publicados por entidades no setor da aviação entre 2006 e 2015, concluindo que a dimensão da empresa, o nível de endividamento e a adoção das normas da GRI influenciam a divulgação do relato. Por outro lado, identificaram também que o *cash flow*, o crescimento e a lucratividade não influenciam a divulgação.

Baldini, Maso, Liberatore, Mazzi e Terzani (2016) analisaram 14.174 relatos de sustentabilidade (desde 2005 até 2012). Os resultados indicaram que as entidades divulgaram mais INF durante os anos menos rentáveis com o intuito de obter legitimidade.

Em sentido geral, e não apenas limitada à RSE, a divulgação de relato não financeiro permite: melhorar a reputação da empresa transmitindo uma imagem credível e transparente do desempenho da empresa (Hahn, & Kühnen, 2013, Nobanee & Ellili, 2016 & Maroun, 2017), aumentar o valor da empresa e a competitividade (Hahn, & Kühnen, 2013, & Lozano *et al.*, 2016), avaliar o planejamento e o desempenho da sustentabilidade (Lozano *et al.*, 2016) e corresponder às expectativas dos *stakeholders* (Baker & Schaltegger, 2015 & Carini *et al.*, 2018).

Os relatos de RSE são frequentemente vistos como de natureza estratégica e de reduzida credibilidade. Para lidar com essa preocupação, as empresas recorrem a uma verificação externa dessa informação (Braam & Peeters, 2018; Clarkson, Li, Richardson & Tang, 2019; & Larrinaga, Rossi, Luque-Vilchez, & Núñez-Nickel, 2018 citados por Martinez, Monjarret & Rivière-Giordano, 2021)⁷. considerando que esta poderá ser fator de apreciação dos indicadores não financeiros divulgados e de incremento na credibilidade e fiabilidade da informação (Briem & Wald, 2018). Em complemento, a garantia de fiabilidade propicia uma melhoria na definição do relato, do seu âmbito e das metodologias utilizadas pelas empresas, incrementando desta forma a comparabilidade (Ballou, Chen, Grenier & Heitger, 2018). O estudo, realizado pela KPMG (2017) relata que 67% das empresas do G250 recorreram a garantia de fiabilidade voluntária nos seus RSE em 2017.

⁷Braam, G. & Peeters, R. (2018). Corporate sustainability performance and assurance on sustainability reports: Diffusion of accounting practices in the realm of sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25, 164–181.

Clarkson, P., Li, Y., Richardson, G. & Tsang, A. (2019). Causes and consequences of voluntary assurance of CSR reports: International evidence involving Dow Jones Sustainability Index Inclusion and Firm Valuation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(8), 2451–2474.

Larrinaga, C., Rossi, A., Luque-Vilchez, M. & Núñez-Nickel, M. (2018). Institutionalization of the contents of sustainability assurance services: A comparison between Italy and United States. *Journal of Business Ethics*, 163(1), 67–83.

2.2. Estruturas, modelos e regulação para o relato de informação não financeira

A divulgação de INF tem se baseado em requisitos de caráter obrigatório e voluntário. No primeiro caso, e com âmbito geralmente mais restrito, incluem-se os diversos diplomas que têm sido emitidos pelos organismos europeus (União Europeia, 2014), com impactos também no âmbito nacional.

No âmbito da divulgação voluntária utilizada como referência pelas entidades, e face à atividade desenvolvida nos últimos anos, diversas organizações apresentam potenciais soluções para a evolução da divulgação de INF. No entanto, o elevado número de padrões existentes para a divulgação dos relatos de INF é uma desvantagem, visto que pode provocar divergências nas entidades sobre qual devem utilizar (Dumay, La Torre & Farneti, 2019 citado por Reis, 2020)⁸.

Esta secção encontra-se subdividida em diferentes tópicos, tendo como objetivo apresentar as estruturas, modelos e regulação europeia e nacional que se destacam como referências para as entidades em matéria de divulgação de INF.

2.2.1. Global Reporting Initiative

A GRI foi fundada em 1997, é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão difundir a prática do RS das organizações e apoiá-las na promoção da sustentabilidade económica, social e ambiental (Ribeiro, 2019).

A importância crescente do uso do RS criou a necessidade de estabelecer um padrão internacional de relato económico, social e ambiental. Por este motivo, a GRI elaborou, no ano de 2000, as duas primeiras *guidelines*, denominadas de “*Guideline 1*” (G1) e “*Guideline 2*” (G2). A G2, uma evolução da G1, resultou de aperfeiçoamentos sobre a temática da transparência do relato.

A “*Guideline 3*” (G3), por sua vez, surgiu em 2006 e, segundo Pereira (2016), combinou indicadores económicos, ambientais e sociais. Em 2011, surgiu a “*Guideline 3.1*” (G3.1), com orientações de desempenho sustentável, expandindo o relato a outras temáticas, tais como direitos humanos, impactos na comunidade local e diversidade de género (Pereira, 2016).

A “*Guideline 4*” (G4), surgiu em 2014, com foco na questão da materialidade e o objetivo de ajudar e guiar as entidades na preparação dos RS. Para tal, foi desenvolvido um quadro de apoio

⁸Dumay, J., La Torre, M., Farneti, F. (2019). Developing trust through stewardship: Implications for intellectual capital, integrated reporting, and the EU Directive 2014/95/EU. *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 11-39.

à elaboração do RI, tornando-os mais credíveis e compactos para uma melhor análise por todos os *stakeholders*. A G4 permitiu uma simplificação do processo de integração das diversas informações permitindo disponibilizar informação mais relevante (Pereira, 2016).

A GRI (2018) desenvolveu as “GRI *standards*”. As GRI *standards* são um conjunto de normas globais que vieram substituir a versão G4 em 30 de junho de 2018. Com a G4, as entidades não seguiam, por vezes, a metodologia de forma adequada. A “GRI *standards*” estabelece com maior rigor e firmeza uma metodologia flexível (GRI, 2018).

Segundo o manual para o relato não financeiro realizado em 2020 os princípios das diretrizes do “GRI *standards*” dividem-se em:

1. Princípios para a definição do conteúdo:
 - a. Inclusão dos *stakeholders* – a empresa deve identificar os seus *stakeholders*, as respetivas necessidades e preocupações demonstradas e indicar como vão responder às suas expectativas;
 - b. Contexto de sustentabilidade – a informação deve ser contextualizada face aos objetivos da empresa e à respetiva contribuição da mesma;
 - c. Materialidade – a empresa deve realizar uma distinção entre temas materiais (informações extremamente relevantes para o relato) e não materiais (cuja informação no relato pode ser interessante, mas não fundamental);
 - d. Exaustividade – o relato deve ser elaborado dentro de um conjunto de limites que reflitam de forma significativa os impactos ambientais, sociais e económicos, e que permitam aos *stakeholders* avaliar o desempenho da empresa.
2. Princípios para a definição da qualidade do relato:
 - a. Rigor – a informação reportada deve ser suficientemente rigorosa e detalhada;
 - b. Equilíbrio – a informação deve refletir tanto aspetos positivos como negativos;
 - c. Clareza – a informação deve ser compreensível e acessível para os *stakeholders*;
 - d. Comparabilidade – a empresa deve selecionar, compilar e reportar informação de forma consistente;
 - e. Fiabilidade – a organização deve recolher, registar, compilar, analisar e reportar a informação e os processos usados na preparação do relato;
 - f. Periodicidade – o período do relato deve ser regular.

As diretrizes da GRI são aceites a nível mundial tanto na divulgação de INF como na divulgação de informação financeira (De Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014). A qualidade dos relatos é assegurada pela implementação das diretrizes da GRI as quais aumentam o valor da empresa no mercado e a credibilidade dos relatos de RSE (Diouf & Boiral, 2017).

2.2.2. International Integrated Reporting Council

De acordo com Ferreira, Kassai, Lucas e Gomes (2017), vive-se presentemente a era da conexão – a conexão entre culturas, pessoas, ideias e atividades. Nesse contexto, os RS apresentam-se insuficientes, uma vez que a variedade de informação sobre os impactos sociais e ambientais de uma organização não englobam as questões económicas e financeiras, o que não permite vincular as informações entre si. Tornando, assim, o processo de análise mais moroso e complexo (De Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014).

A necessidade de conexão entre as informações económicas e sociais deu origem ao RI, uma nova forma de relato desenvolvida pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC). A principal inovação do RI reside na capacidade de este ser sucinto, incluindo apenas as questões relevantes, consideradas necessárias para a criação de valor da empresa (Pistoni, Songini & Bavagnoli, 2018).

«O RI combina informação financeira e não financeira para promover uma abordagem mais coesa e eficiente dos relatos empresariais que deverá ajudar os investidores a superar a possível falta de ligação entre os diferentes tipos de informação» (Gaglio, Melloni & Perego, 2017).

Assim, conforme descrito no “*Towards Integrated Reporting*” (IIRC, 2011), “O mundo evoluiu e o relato empresarial tem de acompanhar a mudança”.

O IIRC foi constituído na sequência do *Accounting for Sustainability* (A4S), criado, em 2004, pelo Príncipe de Gales (Rodrigues & Morais, 2018). A A4S visa impulsionar uma mudança fundamental na direção de modelos de negócio resilientes e uma economia sustentável. Para isso, o A4S apresenta três diretrizes principais:

- Inspirar os líderes financeiros a agir e a adotarem esta forma de modelo de negócio;
- Promover a tomada de decisão através da abordagem integrada, refletindo as oportunidades e riscos apresentados pelas condições ambientais e sociais;
- Incrementar o envolvimento da comunidade global económica.

Entre 1994 e 2002 foram emitidos dois códigos de governo societário, o Relatório *King* sobre governo societário (*King I*) e o Relatório *King* sobre governo societário para a África do Sul (*King*

II). O *King II* concentrou-se fortemente na situação da África do Sul e tentou incorporar a cultura empresarial local. O novo código denominado *King III* entrou em vigor em março de 2010 e concentrou-se na importância de conduzir relatórios de maneira integrada (Gstraunthaler, 2010).

O Relatório *King III* concentra-se em três pilares: liderança, sustentabilidade e cidadania corporativa. A liderança eficaz é vista como a chave para a boa governança e é facilitada por valores éticos, em particular responsabilidade, prestação de contas, justiça e transparência (Gstraunthaler, 2010).

«Na África do Sul, o RI tornou-se obrigatório, de acordo com uma política de "cumprir ou explicar". Já em relação à asseguaração da informação, as empresas optam voluntariamente por acompanhar o RI de uma declaração de garantia, ou seja, um documento fornecido por uma entidade externa competente» (Gaglio, Melloni & Perego, 2017).

Em meados de 2010, com a crise financeira global nasceu o IIRC baseando-se no Relatório *King* (Fried, Holtzman & Mest, 2014, & Rodrigues 2021). O IIRC consiste numa aliança global de investidores, entidades, organismos de normalização, profissionais de contabilidade e ONG, com o objetivo de realçar a importância do RI, promovendo o debate sobre a importância da criação de valor para a evolução dos relatos corporativos e para o aperfeiçoamento das práticas, identificando as áreas prioritárias de ação, a disponibilização de indicadores de intervenção, a definição de informação e de princípios que devem constar no RI (IIRC, 2011).

O RI é um meio de comunicação da informação material sobre a estratégia, gestão, desempenho e perspectivas das entidades num contexto de ambiente externo (IIRC, 2011). Para Druckman (2013), o objetivo da elaboração de um RI é fornecer informação de modo a preencher lacunas na contabilidade financeira e nos RS, em resposta às limitações apontadas, evitando os desfasamentos temporais na informação prestada.

Este modelo de relato surge para proporcionar uma ampla divulgação de informações financeiras e não financeiras de forma menos complexa e que poderá contribuir na mensuração do valor das entidades com análise comparativa dos relatos anuais (Eccles & Krzus, 2010).

Segundo o UBS (2012), existem diversos estudos que mostram um crescente interesse dos investidores na inclusão de INF de médio e longo prazo sempre que estas são materiais ou potencialmente materiais para a atividade. Assim, considera-se que o RI engloba a informação financeira e não financeira, reunindo toda a informação que está na base da estratégia da organização.

A Figura 2.2. ilustra a interligação dos parâmetros integrantes do RI. A comunicação da informação não financeira e financeira deve estar em sintonia com a estratégia e o desempenho da entidade de forma a criar mais valor.



Figura 2.2 – Dimensões do Relato Integrado

Fonte: Adaptado de Silva (2014, p.24)

Em dezembro de 2013 o IIRC publicou a versão final do “*The International Integrated Reporting Framework*”. Este documento tem como objetivo definir as linhas de orientação através princípios-base e elementos que a organização deve incluir, sem definir rácios específicos ou métodos de medição do desempenho das organizações (IIRC, 2013).

O IIRC (2013) divulgou documentação onde constam alguns princípios básicos:

- **Foco na estratégia e orientação para o futuro** – informação sobre a estratégia da organização e como esta contribui para a criação de valor e para o efeito de capital das entidades;
- **Conectividade da informação** – deve conter informação sobre a combinação, interligação e interdependência dos fatores que possam afetar a capacidade de criar valor na entidade;
- **Relações com partes interessadas** – deve conter a informação, em detalhe, da relação entre a organização e os *stakeholders*. Deve ainda conter informação de limites, ou seja,

até que ponto a entidade deve entender, responder e ter em consideração as necessidades e interesses do *stakeholder*;

- **Materialidade** – informar tudo o que possa afetar substancialmente a capacidade de a organização criar valor;
- **Concisão** – deve excluir informação excessiva e redundante;
- **Confiabilidade e completude** – os assuntos relevantes, tanto positivos como negativos, devem ser escritos de forma equilibrada e isenta de erros materiais;
- **Coerência e comparabilidade** – a informação deve ser consistente no tempo e comparável com as restantes organizações nos assuntos materialmente relevantes.

De acordo com Guthrie, Manes-Rossi e Orelli (2017), o RI não se limita à divulgação externa, mas também à relação com os mecanismos internos, contemplando informação sobre os capitais essenciais (financeiro, manufacturado, intelectual, social e de relacionamento, humano e natural) para a formação do relato empresarial e de informação sobre as envolventes interna e externa, como se pode verificar na Figura 2.3.

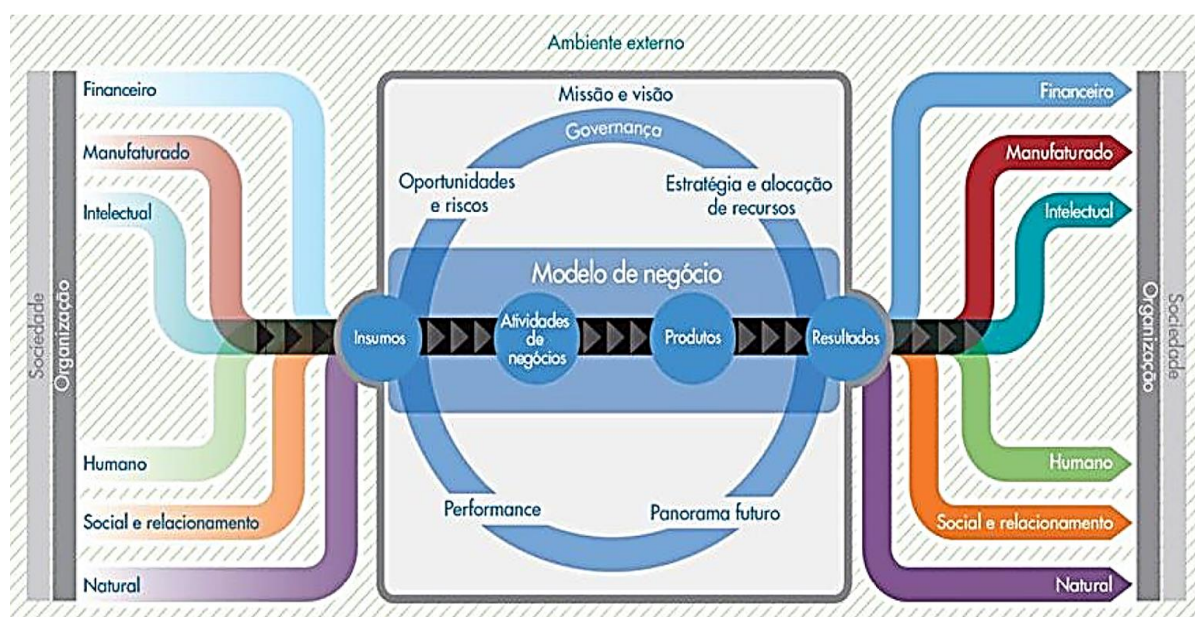


Figura 2.3 – Processo de criação do valor

Fonte: Leocádio (2017, p29).

Leocádio (2017), através de um estudo exploratório, analisou os relatos de cinco entidades portuguesas (José de Mello – Saúde, Sonae Sierra, Sumol + Compal, SATA e Caixa Geral de Depósitos), com objetivo de aferir a qualidade dos RI das entidades portuguesas através da

avaliação do grau de cumprimento da estrutura internacional para o RI. Concluiu que todas as entidades utilizam as diretrizes mais recentes (à data, G4) fornecidas pela GRI, exceto a Sumol + Compal que utiliza a versão G3. Adicionalmente, identificou que todas as entidades têm um longo historial de publicação de RS e foram sujeitas a uma verificação independente, por uma entidade externa, tendo em especial atenção os impactos mais significativos, seja ao nível ambiental, social, de imagem ou outros.

A estrutura conceptual do RI foi atualizada no presente ano (IIRC, 2021) e, a partir de junho de 2021, o IIRC passou a ser denominado *Value Reporting Foundation*, na sequência da sua junção com a Sustainability Accounting Standards Board (SASB), conforme tópico desenvolvido na sequência.

2.2.3. Sustainability Accounting Standards Board

O SASB apresentou normas de divulgação da RSE e define estes termos como “*corporate activities that maintain or enhance the ability of the company to create value over the long term*”. As normas de divulgação têm como objetivo padronizar as divulgações ambientais, sociais e económicas relevantes em cada setor, nomeadamente indicadores de desempenho de sustentabilidade (SABS, 2017 citado por Reis, 2020)⁹.

O SASB considera o seguinte conjunto de princípios:

- Importância para o valor corporativo – Existem três formas de criar impacto, as receitas e custos, os ativos e passivos e o custo de capital/perfil de risco
- O interesse dos *stakeholders* – O SASB avalia se um tópico surge da “combinação total” de informações disponíveis, existindo cinco tópicos potenciais: (i) impactos financeiros diretos e risco, (ii) motivadores legais, regulatórios e de políticas, (iii) normas da indústria, melhores práticas e motivadores competitivos, (iv) preocupações das partes interessadas que podem levar a impactos financeiros e (v) oportunidades de inovação;
- Relevância para o setor – O SASB aborda tópicos que são sistêmicos para uma indústria e/ou que representam riscos e oportunidades;
- Pode ser acionado por entidades – O SASB avalia se as tendências gerais de sustentabilidade podem ser traduzidas em tópicos específicos do setor que estão sob o controlo ou influência de entidades individuais;
- Reflete o consenso das partes interessadas – O SASB considera se há consenso entre emissores e investidores de que cada tópico de divulgação.

Conforme referido no ponto anterior, em 2021 o IIRC e a SASB efetuaram uma fusão por forma a formarem a *Value Reporting Foundation*.

2.2.4. Organização, Cooperação e Desenvolvimento Económico

Portugal foi um dos países fundadores da OCDE, criada a 16 de abril de 1948, tendo em vista a cooperação económica entre os países europeus, após a Segunda Guerra Mundial. A OCDE, é um órgão internacional e intergovernamental, com 38 membros, que pretende intensificar o crescimento e desenvolvimento económico através das trocas de informações estratégicas (Ribeiro, 2019).

Em 2000, a OCDE publicou as “*Guidelines for Multinational Enterprises*”. O documento, de carácter voluntário, apresenta princípios e normas com o intuito de criar uma conduta responsável e consistente na atividade das empresas, em todas as principais áreas de RSE, incluindo os direitos humanos e dos trabalhadores, o ambiente, suborno, interesses do consumidor, concorrência e tributação. (Duarte & Rodrigues, 2011).

As entidades devem ter em conta as políticas e estratégias definidas pelos próprios países (as fragilidades, oportunidades e as perspetivas dos *stakeholders*) (Ribeiro, 2019). De forma a promover as diretrizes da OCDE, os governos estabeleceram os denominados “Pontos de Contato Nacionais” para uma conduta empresarial responsável (NCPs). Os NCPs são um mecanismo de implementação exclusivo numa conduta empresarial responsável com acesso a soluções em escala global (OCDE, 2021).

2.2.5. Organização das Nações Unidas

A ONU, criada em 1945, é uma organização de referência no que diz respeito a incentivar as empresas a nível da RSE. A ONU incentiva o desenvolvimento das atividades empresariais e a criação de valor de forma responsável (ONU, 1999).

Em 2000, as Nações Unidas criaram o “*Global Compact*”, com o intuito de criar um local de diálogo e aprendizagem, de forma voluntária, para apoiar a implementação de dez princípios fundamentais nas áreas dos (Ribeiro, 2019):

1. Direitos Humanos – As entidades devem apoiar, respeitar os direitos humanos e garantir a não participação nas violações do mesmo e a eliminação da discriminação;
2. Anticorrupção – As entidades devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno;

3. Direito do trabalhador – A abolição do trabalho forçado, obrigatório e infantil;
4. Defesa do Meio Ambiente – As entidades devem encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente, ter uma abordagem preventiva aos desafios ambientais e incentivar e promover a responsabilidade ambiental.

Em 2015, a ONU reuniu os líderes mundiais para conceber a “Agenda 2030” com vista a resolver os maiores desafios globais. Desta reunião surgiu a definição de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde cerca de 193 países se comprometeram unanimemente a tentar alcançar os objetivos definidos. Para isto requer-se uma ação à escala mundial de governos, empresas e sociedades civis (ONU, 2021).

Os 17 objetivos estabelecidos são (ONU, 2021):

1. Erradicar a pobreza – Entre 1990 e 2015 o número de pessoas que vivem em extrema pobreza reduziu para metade, mas infelizmente muitos ainda lutam pelas necessidades básicas;
2. Erradicar a Fome – Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura;
3. Saúde de qualidade – Garantir o acesso à saúde e promover o bem-estar;
4. Educação de qualidade – Garantir o acesso a uma educação de qualidade;
5. Igualdade de Género – Terminar com a discriminação contra as mulheres. Está provado que empoderar mulheres ajuda no crescimento e desenvolvimento económico;
6. Água potável e saneamento – A escassez de água afeta mais de 40% das pessoas. Um valor que pode vir a aumentar com o aumento das temperaturas;
7. Energias renováveis e acessíveis – Garantir o acesso a fontes de energia a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e limpas;
8. Trabalho digno e crescimento económico – Promover o crescimento económico e sustentável, o emprego digno e produtivo;
9. Indústria, inovação e infraestruturas – O investimento em infraestruturas e inovação são motores cruciais do crescimento económico e do desenvolvimento;
10. Reduzir as desigualdades – As desigualdades do rendimento têm vindo a aumentar. Nos países em desenvolvimento, a desigualdade aumentou 11%;

11. Cidades e comunidades sustentáveis – Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
12. Produção e consumo sustentável – Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis;
13. Ação Climática – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas. A emissão de gases (com efeito estufa) aumentou cerca de 50% desde 1990;
14. Proteger a vida marinha – Conservar e utilizar de forma sustentável o oceano e os recursos que este nos fornece;
15. Proteger a vida terrestre – Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e da biodiversidade;
16. Paz, justiça e instituições eficazes – Não é possível existir um desenvolvimento sustentável sem paz, estabilidade, direitos humanos e governança efetiva, baseada no Estado de Direito;
17. Parcerias para a implementação dos objetivos – Reforçar os meios de implementação e revitalizar as parcerias e as cooperações globais.

2.2.6. International Organization for Standardization

A ISO «é uma organização internacional não governamental e independente fundada em 1946» (Ribeiro, 2019). A organização é composta por 164 organismos, que desenvolvem e partilham conhecimentos relativamente a normas internacionais. A ISO fornece orientações a nível mundial, como por exemplo as normas da gestão da qualidade (ISO 9000), do ambiente (ISO 14000), da saúde e segurança do trabalho (ISO 45001), e da responsabilidade social (ISO 26000) (Ribeiro, 2019). A ISO 26000, procura, simultaneamente, o desenvolvimento económico e social das organizações, fornecendo (Sistemas de gestão de saúde e segurança, 2021):

- Conceitos, definições, fundamentos e tendências da responsabilidade social;
- Princípios e práticas ligados à responsabilidade social;
- Implementação e promoção de comportamentos socialmente responsáveis, dentro e fora da empresa, através das suas políticas e práticas;
- Identificação e comprometimento com as partes interessadas;

- Comunicação das informações relacionadas com responsabilidade social (compromissos, níveis de desempenho).

2.2.7. Legislação europeia

Em 2000, o Conselho Europeu de Lisboa definiu a chamada “Estratégia de Lisboa” e em 2001 a Comissão Europeia criou o “Livro Verde”. Tanto a “Estratégia de Lisboa” como o “Livro Verde” referem-se especialmente à RSE, à não discriminação de oportunidades e ao desenvolvimento social e sustentável. O Livro Verde apresenta a distinção entre duas grandes dimensões de atuação (Ribeiro, 2019):

- A dimensão interna – implica, fundamentalmente, os trabalhadores, as questões relacionadas a saúde, a segurança, a gestão da mudança e as práticas ambientais:
 - Gestão de Recursos Humanos – Equilíbrio entre a vida profissional e o tempo livre, a igualdade de remuneração e género, a empregabilidade e segurança no trabalho e o recrutamento não discriminatório;
 - Saúde e Segurança no Trabalho – Aplicação das medidas legislativas, prevenir os riscos, documentar e comunicar as boas práticas de Saúde e Segurança no Trabalho, assim como certificar e rotular os produtos e serviços utilizados;
 - Adaptação à mudança – Através da formação profissional, da modernização dos instrumentos e processos, da cooperação com parcerias e da participação no desenvolvimento local;
 - Impacto ambiental – A redução do uso e exploração de recursos, da emissão de gases e da produção de resíduos.
- A dimensão externa abrange a comunidade local. A adaptação das entidades na comunidade pode realizar-se através de:
 - Parcerias e alianças com entidades, fornecedores, subcontratados etc.;
 - Integração social da comunidade na empresa e disponibilizar estruturas físicas e patrocínios;
 - Direitos Humanos – os códigos de conduta devem conter as condições de trabalho e os direitos humanos;
 - Ambiente global – o desempenho social e ambiental da empresa deve contribuir para um desenvolvimento sustentável.

2.2.7.1. *European Financial Reporting Advisory Group*

O *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) foi criado em 2001 para apoiar a Comissão Europeia na adoção das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A função do EFRAG é assegurar que as opiniões europeias sobre o desenvolvimento de relatos financeiros sejam corretamente e claramente articuladas no processo de normalização internacional – "O EFRAG prestará assessoria à Comissão Europeia sobre todas as questões relativas à aplicação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS)" (EFRAG, 2013).

O EFRAG tem a missão de servir o interesse público europeu, desenvolvendo e promovendo visões no campo de relatos financeiros e garantindo que essas visões sejam devidamente consideradas no processo de definição de padrões do IASB e em debates internacionais relacionados (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração (ANEFAC), 2021).

O trabalho do EFRAG garante que as preocupações das partes interessadas europeias estejam no centro do processo de definição de normas. As principais atividades do EFRAG são (Revista ANEFAC, 2021):

- *Influência Upstream* – A pesquisa do EFRAG, reconhecido pela liderança, contribui ativamente para a formatação futura do relato financeiro internacional;
- *Aprimorar as IFRS* – O EFRAG consulta e providencia ao IASB a visão europeia sobre o relato financeiro, desde a atividade inicial para definição de normas até à revisão pós-implementação das normas vigentes;
- *Mecanismos de apoio* – A EFRAG aconselha a Comissão Europeia sobre se as IFRS recentemente emitidas ou revistas cumprem os critérios europeus.

Segundo José Luis Lizcano Alvarez, presidente da EFRAG, a Comissão Europeia, através do EFRAG, do IFRS, do IASB e do *World Economic Forum*, encontra-se a desenvolver padrões para a divulgação de INF (informações corporativas, impactos ambientais, sociais e do governo societário). Segundo Alvarez há um caminho longo para percorrer até que se desenvolva um corpo normativo parecido com o que existe no âmbito financeiro (ANEFAC, 2021).

Nesse sentido, a EFRAG aprovou um plano baseado em três fases, a saber (Reis, 2020):

- i. a avaliação da dinâmica e da coerência da divulgação de INF, possível estrutura e contribuições da informação, interligação e harmonia entre as diversas informações (financeiras e não financeiras);

- ii. apresentação da proposta; e
- iii. conclusões e divulgação das recomendações e do *feedback* dos *stakeholders*.

Por outro lado, a IFRS *Foundation* «criou um conselho de padrões de sustentabilidade com o intuito de desenvolver padrões globais, inicialmente focados em questões ambientais, com diversos órgãos internacionais de forma a alcançar maior convergência» (Reis, 2020).

Em 8 de março de 2021, foram publicados dois relatórios sobre o desenvolvimento de padrões de RS da União Europeia (UE). Estes relatórios estabelecem recomendações à Comissão Europeia para a elaboração de possíveis padrões de RS da UE.

Com a publicação da Diretiva Europeia “*Corporate Sustainability Reporting Directive*” sobre informação corporativa de sustentabilidade, está previsto que em 2024 as grandes e médias empresas cotadas publiquem INF ou de sustentabilidade tendo em conta os novos padrões emitidos pelo EFRAG (ANEFAC, 2021).

2.2.7.2. Parlamento Europeu

A UE em 22 de outubro de 2014, criou a Diretiva 2014/95/UE, que altera a Diretiva 2013/34/UE, de 26 de junho.

A Diretiva 2014/95/UE surge a partir da crescente necessidade da transparência da INF e também pelo aumento das normas ambientais e sociais (Reis, 2020). A diretiva europeia tem em conta a RSE e as políticas adotadas pela empresa, permitindo assim dar resposta às necessidades dos *stakeholders* (assim como as informações sobre o impacto das entidades na sociedade) (Reis, 2020).

A diretiva europeia aplica-se às grandes empresas de interesse público ou as empresas mães de um grupo económico que sejam também de interesse público. Segundo a (alínea b) do nº 11, do artigo 66.º B do Código das Sociedades Comerciais e nº 3, do artigo 9.º, é considerada uma grande empresa entidades que excedam pelo menos dois dos três limites seguintes: total do balanço: 20.000.000 euros, volume de negócios líquido: 40.000.000 euros e número médio de empregados durante o período: 250. O relato não financeiro deve conter questões ambientais (detalhes dos impactos atuais e dos impactos previsíveis da empresa no meio ambiente, o uso ou não da energia renovável, as emissões de gases, a utilização da água e a poluição atmosférica), sociais e sobre os direitos humanos e dos trabalhadores (igualdade de género, as condições de trabalho de saúde e de segurança, as ações tomadas para garantir a proteção e o desenvolvimento das comunidades locais), o combate à corrupção e as tentativas de suborno (informação sobre

a prevenção da violação dos direitos humanos e os instrumentos utilizados no combate à corrupção e ao suborno) (Reis, 2020).

Princípios da Diretiva Europeia (Reis, 2020):

- *Comply and Explain* – quando o grupo não adotar políticas sobre um ou mais assuntos, a demonstração não financeira consolidada deve fornecer uma explicação fundamentada;
- *Safe Harbour* – as informações relativas a desenvolvimentos iminentes ou a questões em negociação podem ser omitidas em casos excepcionais (quando não é colocado em causa uma compreensão justa e equilibrada do desenvolvimento, da posição e do impacto da empresa);
- Envolver o auditor e os revisores oficiais de contas – certificação da demonstração não financeira ou se o relato separado foi apresentado.

Foram realizados alguns estudos com o objetivo de determinar o impacto da Diretiva 2014/95/EU. Tarquinio, Posadas e Pedicone (2020) analisaram o impacto da Diretiva 2014/95/EU na quantidade de INF divulgada pelas empresas. A amostra é constituída por cinquenta e sete entidades italianas. O estudo foi realizado tendo por base a frequência dos *key performance indicators* (KPI) nas questões ambientais, sociais, nos direitos do trabalhador e humanos e na corrupção e tentativas de suborno. Concluíram que, em 2016, os indicadores divulgados com menos frequência foram os indicadores relacionados com os direitos humanos e que os indicadores com maior frequência foram sobre os direitos dos trabalhadores e a corrupção e tentativas de suborno. Em 2017 verificou-se uma diminuição da divulgação dos indicadores. Em 2018 houve um aumento na divulgação do indicador relacionado com o direito humano. Pensa-se que este aumento pode estar relacionado com a adoção dos padrões GRI pelas entidades.

Mion e Adai (2019) investigaram o impacto da Diretiva 2014/95/EU na acessibilidade, credibilidade e na elaboração do RS e no RI. A amostra é constituída por trinta e seis empresas italianas e trinta alemãs. Os resultados comprovaram um aumento na qualidade dos relatos com a implementação da diretiva.

«A Diretiva 95/2014/UE impulsionou novas questões não financeiras, exigindo que entidades de interesse público com mais de 500 empregados relatem um conteúdo mínimo de informação sobre questões ambientais, sociais e laborais, respeito pelos direitos humanos, anticorrupção e suborno» (Nicolo, Zanellato & Tiron-Tudor, 2020, p. 13).

O Parlamento europeu e do conselho propôs em 2021 uma diretiva que «altera a Diretiva 2013/34/UE, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e o Regulamento (UE) n.º 537/2014, no que respeita à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas» (COM, 2021).

Esta proposta «contribuirá para o objetivo de construir uma economia ao serviço das pessoas. Reforçará a economia social de mercado da UE, ajudando a garantir que está preparada para o futuro e que proporciona estabilidade, emprego, crescimento e investimento» (COM, 2021).

2.2.8. Legislação Nacional

A obrigatoriedade de divulgação de INF, prevista na Diretiva 2014/95/UE, foi introduzida no Código das Sociedades Comerciais através do Decreto-Lei n.º 89/2017. Este decreto veio regular a divulgação de INF relativa às áreas sociais, ambientais e de governo societário e de informações sobre a diversidade por parte de determinadas grandes empresas e grupos (Ribeiro, 2019).

O Decreto-lei n.º 89/2017 é aplicável aos exercícios anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017. Este decreto refere que as grandes empresas e as empresas-mãe de um grande grupo, que sejam entidades de interesse público e que tenham em média mais de 500 trabalhadores, tem de apresentar anualmente uma demonstração não financeira. Esta poderá ser incluída no relato de gestão ou apresentada num relato separado. O relato separado pode ser publicado juntamente com o relato de gestão ou ser disponibilizado no website da empresa, num prazo não superior a seis meses após a data de encerramento do balanço, devendo tal ser referido no relato de gestão.

São qualificadas como entidades de interesse público as entidades elencadas no artigo 3.º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro (alínea b), do n.º 11 do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais aditado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 89/2017):

- a) Os emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- b) As instituições de crédito;
- c) As empresas de investimento;

- d) Os organismos de investimento coletivo sob forma contratual e societária, previstos no regime geral dos organismos de investimento coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro;
- e) As sociedades de capital de risco, as sociedades de investimento em capital de risco e os fundos de capital de risco, previstos no Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março;
- f) As sociedades de investimento alternativo especializado e os fundos de investimento alternativo especializado, previstos no Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março;
- g) As sociedades de titularização de créditos e os fundos de titularização de créditos;
- h) As empresas de seguros e de resseguros;
- i) As sociedades gestoras de participações sociais, quando as participações detidas, direta ou indiretamente, lhes confirmam a maioria dos direitos de voto nas instituições de crédito referidas na alínea b);
- j) As sociedades gestoras de participações sociais no sector dos seguros;
- k) Os fundos de pensões;
- l) As empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de negócios superior a (euro) 50.000.000, ou um ativo líquido total superior a (euro) 300.000.000.

Em Portugal, Pereira e Carreira (2017) analisaram o efeito da dimensão, independência, diversidade de género e atividade do conselho de administração no grau de cumprimento de oito itens de informação previstos no Decreto-Lei n.º 89/2017, tendo por base entidades cotadas e o ano de 2017. Os resultados não demonstram uma relação estatisticamente significativa entre a dimensão do conselho de administração e o grau de cumprimento com o Decreto-Lei n.º 89/2017.

Na sequência do enquadramento teórico sobre a INF efetuada, o próximo capítulo apresenta a revisão de literatura mais diretamente relacionada com os objetivos a que este estudo se dedica e a formulação das respetivas hipóteses.

3. Hipóteses propostas

Este capítulo encontra-se desenvolvido em três secções. Cada uma das secções apresenta a literatura que procura dar suporte às três hipóteses (H) formuladas para este estudo, que se relacionam, por sua vez, com os seguintes objetivos:

- O1: analisar se o **formato de apresentação** do relato não financeiro tem influência sobre a **eficácia da análise e o tempo de interpretação da INF** por parte dos investidores não profissionais;
- O2: analisar se a **complexidade da tarefa** tem influência sobre a **eficácia da análise da INF** por parte dos investidores não profissionais, independentemente do formato de apresentação do relato não financeiro;
- O3: analisar a relevância atribuída à **garantia de fiabilidade da INF**, tendo por base a **relevância atribuída à INF** por parte de investidores não profissionais.

Para o efeito, a eficácia da análise a ser considerada diz respeito à materialização das fases que na literatura são frequentemente designadas como aquisição e retenção da informação.

3.1. O formato de apresentação

Uma tomada de decisão, isto é, a escolha de um percurso de ação a seguir entre várias alternativas, é um processo cognitivo que pode ser dividido em três fases distintas, nomeadamente: *input*, processamento e *output* (Libby & Lewis, 1982). No entanto, existem estudos na área da Psicologia que indicam que a aquisição de informação (processamento) decorrente deste processo não resulta em tomadas de decisão (*output*) racionais, sendo influenciado pelas limitações humanas de processamento da informação disponível (Reimsbach, Hahn & Gürtürk, 2018).

Ebbesen e Konecni (1980) ilustram bem esta limitação quando afirmam que, quando os investidores têm à sua disposição uma maior quantidade de informação, tendem a aumentar a confiança na sua tomada de decisão. Por outro lado, os resultados das suas decisões tornam-se mais diversos, quando seria expectável que houvesse maior consenso se o processo fosse mais racional. Tal acontece porque a forma de apresentação da informação (*input*) tem uma influência direta na análise dos *stakeholders*, consoante diversas características inerentes a cada respondente (como a sua experiência ou conhecimento) e, havendo maior quantidade de informação, essa

influência acentua-se, aumentando a variação no comportamento dos investidores (Reimsbach *et al.*, 2018).

Alguns estudos identificam uma relação entre a análise dos investidores e o formato de apresentação da informação, reforçando que os *stakeholders* favorecem relatos não apenas pelo conteúdo, mas também pela forma, existindo ainda uma relação com o tempo de resposta. A título de exemplo, Hunton e McEwen, (1997), Maines e McDaniel (2000) e Hodge, Kennedy e Maines (2004) identificaram que os investidores demoram mais no processo de tomada de decisão quando os relatos em causa adotam diferentes modelos de relato, devido à necessidade de ajustar os dados de duas entidades para formatos semelhantes.

O formato de apresentação dos relatos das entidades poderá, assim, influenciar positivamente o comportamento dos *stakeholders*, minimizando as suas limitações humanas perante todo o processo cognitivo e resultando em melhores tomadas de decisão. Para tal, é relevante determinar como o formato de apresentação da informação influencia o comportamento dos investidores.

Encontram-se na literatura diversas linhas de pesquisa que procuram avaliar os diferentes aspetos comportamentais e físicos inerentes ao processo de análise. Entre estas encontram-se as questões associadas com a **forma de pesquisa**, as **respostas afetivas**, o **esforço cognitivo**, as **estratégias de *impression management***, a **precisão da decisão**, a **satisfação**, **persuasão e memorização** e, por fim, a **fixação funcional**.

A **forma de pesquisa** é definida pelo modo como os investidores procuram e adquirem a informação que lhes interessa. Hunton e McEwen, (1997) e Nouri e Douglas-Cilnton (2006) descobriram que a forma de pesquisa é diferente consoante estejam em causa investidores profissionais ou não profissionais. O investidor profissional tem uma forma de pesquisa diretiva, ou seja, procura diretamente por uma informação específica, independentemente da localização da mesma, enquanto o investidor não profissional tem, na maioria das vezes, uma forma de pesquisa sequencial e conferem todas as informações disponíveis (Reimsbach *et al.*, 2018).

Por sua vez, as **respostas afetivas** referem-se à mudança da disposição dos investidores e à forma como percebem determinada informação depois de serem influenciados por certos objetos (Rose, 2002). Designadamente, o estudo realizado por Hirt, Levine, McDonald e Martim (1997) expôs os investigadores a uma apresentação “mais feliz” ou “mais triste”, identificando

que o estado emocional afetou as suas estratégias e a tomada de decisão. Kida e Smith (1995) concluíram que as decisões finais são o resultado da recordação das respostas afetivas e comparações entre alternativas de decisão podem frequentemente ser feitas entre diferenças na lembrança de respostas afetivas (Kida e Smith, 1995 citado por Ghani, Laswad & Tooley, 2009)¹⁰.

O **esforço cognitivo** refere-se ao tempo e ao esforço empregue para conseguir analisar a informação pretendida (Frownfelter-Lohrke, 1998 citado por Ghani *et al.*, 2009)¹¹. Para Maines e McDaniel (2000), os diferentes formatos de apresentação influenciam o processamento da informação, impondo esforços cognitivos variáveis aos *stakeholders*. Os referidos autores identificaram duas dimensões associadas a tal processo, nomeadamente o isolamento e a agregação (Maines e McDaniel, 2000 citado por Ghani *et al.*, 2009)¹².

Hodge, Hopkins e Wood (2010) acrescentaram posteriormente o efeito de proximidade como uma terceira dimensão. Este efeito descreve a dispersão de informação ao longo do documento e como esta organização facilita ou dificulta a perceção dessa informação por parte de quem a analisa. Assim, uma alta proximidade de exibição significa que diferentes fontes de informação, referentes a um mesmo tópico, são exibidas “nas proximidades” (no mesmo capítulo, em páginas consequentes, resumido no mesmo gráfico ou tabela, etc.), o que permite, com menor esforço, que toda a informação relevante para o tópico em análise seja tida em conta. Reimsbach *et al.* (2018) concluíram que existe dificuldade em adquirir diversas informações ao mesmo tempo quando estas são apresentadas com baixa proximidade de exibição, ou seja, quando a totalidade da informação se encontra excessivamente dispersa pelo documento. A baixa proximidade de exibição está, portanto, associada a um maior esforço cognitivo de aquisição de informações.

A seleção da forma de apresentação pode constituir, por vezes, uma possível estratégia de ***impression management***, definida como sendo a «apresentação estratégica de informações com o intuito de distorcer as perceções dos leitores sobre a realidade da entidade e influenciar as suas impressões em termos de desempenho e perspetivas futuras» (Godfrey, Mather &

¹⁰Kida, T. & Smith, J. F. (1995). The encoding and retrieval of numerical data for decision making in accounting contexts: Model development. *Accounting, Organisations and Society*, 20(8), 585-610.

¹¹Frownfelter-Lohrke, C. (1998). The effects of differing presentations of general-purpose financial statements on users' decisions. *Journal of Information Systems*, 12(2), 99-107.

¹²Maines, L. A., & McDaniel, L. S. (2000). Effects of comprehensive-income characteristics on nonprofessional investors' judgments: the role of financial statement presentation formats. *Accounting Review*, 75(2), 179-207.

Ramsay, 2003 citado por Stoltzemburg, 2020)¹³. Tal pode ocorrer através do tipo de gráfico, da cor, da escala ou do tamanho, podendo influenciar a percepção dos *stakeholders* (Schmid & Schmid, 1979; Tufte, 1983; Amer & Ravindran, 2010; Frownfelter-Löhrke & Fulkerson, 2001 & Penrose, 2008). Beattie e Jones (2008) reconhecem uma maior flexibilidade na gestão de informação quando esta é graficamente representada, pois não se encontra restringida por padrões e regulamentos.

Beattie e Jones (1992) identificaram nos gráficos três formas de risco associadas às estratégias de *impression management*, nomeadamente:

- A seletividade – a apresentação pouco equilibrada entre as informações positivas e negativas;
- Índice de “*lie factor*” — a distorção entre o valor absoluto dos dados e a sua representação gráfica. A relação entre o valor absoluto e a representação gráfica deve ser diretamente proporcional (Tufte, 1983 citado por Nascimento, 2013)¹⁴;

O aprimoramento da apresentação – o formato do gráfico de alguma forma aumenta ou degrada certos aspetos do conjunto de informações. A utilização da origem diferente de zero é uma das principais “armadilhas”, uma vez que não existe alteração dos valores apresentados e a variação ocorre apenas em termos da percepção, como se pode ver na Figura 3.1 (Huff, 1954 citado por Nascimento, 2013)¹⁵.

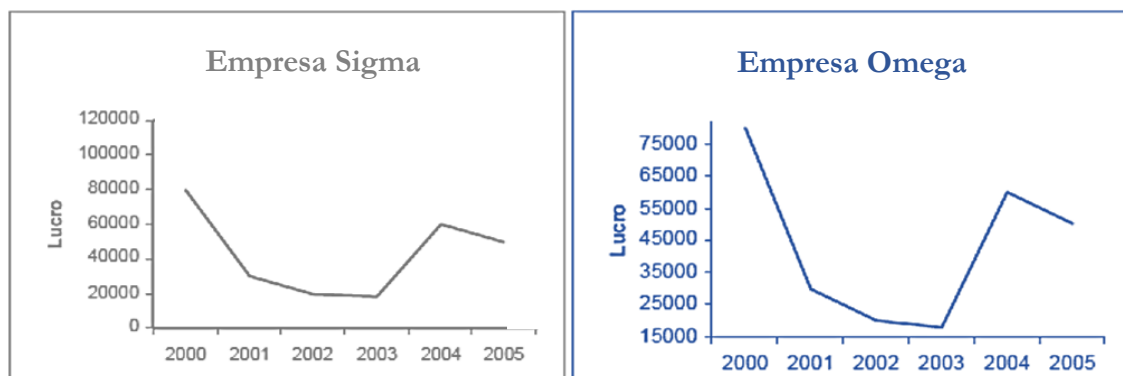


Figura 3.1 – *Impression management* – Aprimoramento da apresentação (origens diferentes)

Fonte: Adaptado de Lima (2007, p.100)

¹³Godfrey, J., Mather, P. & Ramsay, A. (2003). Earnings and impression management in financial reports: the case of CEO changes. *ABACUS* (39), 95-123.

¹⁴Tufte, E. (1983). *The Visual Display of Quantitative Information*. (1ª ed.). Cheshire: Graphics Press.

¹⁵Huff, D. (1954). *How to Lie with Statistics*. New York: W. Norton.

A título de exemplo, Lima (2007) realizou um questionário onde apresentou dois gráficos com os mesmos valores, mas com origens diferentes, como ilustrado na figura anterior. Os resultados demonstraram que, na perceção dos respondentes, a Empresa Omega apresentava um maior risco.

A **precisão da decisão** refere-se à forma como a estratégia de análise adotada resulta em tomadas de decisão consideradas mais corretas quando comparadas com um critério de controlo (Ashton, 1991).

Existem controvérsias em relação ao formato de apresentação e à precisão da decisão. Estoque e Watson (1984), Iselin (1988) e Hodge, Kennedy e Maines (2004) defendem que o uso de um formato de apresentação apropriado aumenta a precisão da decisão. Bricker e Nehmer (1995), Dull (2003) defendem que o formato de apresentação não afeta a precisão da decisão, independentemente de os investidores confiarem mais num determinado formato de apresentação.

A **satisfação, persuasão e memorização** indica como a informação disponível pode satisfazer a compreensão do *stakeholder*, alterar a sua opinião em relação a determinado tema e ser adquirida (e posteriormente recordada) pelo *stakeholder* (Ottinger, 1993, citado por Ghani *et al.*, 2009)¹⁶.

Ottinger (1993) e Butler e Mautz (1996) identificaram que os formatos de apresentação podem influenciar o nível de satisfação do espectador. Ottinger (1993), designadamente, estudou a satisfação dos investidores através de dois formatos de apresentação: os investidores cuja apresentação foi efetuada em formato multimédia ficaram significativamente mais satisfeitos do que os participantes cuja apresentação foi efetuada em formato impresso (Ottinger, 1993, & Butler & Mautz, 1996 citado por Ghani *et al.*, 2009)¹⁷.

A **fixação funcional**, por sua vez, refere-se ao significado que uma pessoa atribui a um dado item, tornando-se incapaz de considerar significados ou usos alternativos, mesmo em contextos diferentes (Libby, 2002). Trata-se de um mecanismo de compensação usado pelos *stakeholders* quando falham em ajustar diferenças que surgem, designadamente, da adoção de diferentes métodos contabilísticos ou da adoção de diferentes formatos de apresentação (Libby, 2002).

Ocorrem maioritariamente quando às entidades é dada liberdade na alocação de determinado

¹⁶Ottinger, L. L. (1993). *Understanding the effectiveness of multimedia technology as a persuasive tool: An experimental investigation*. (Dissertação, Universidade College Station, Texas, Estados Unidos da América).

¹⁷Butler, J. B. & Mautz, D. R. (1996). Multimedia presentations and learning: *A laboratory experiment*. *Accounting Education*, 11(2), 259-281.

item no relato financeiro e, para compensar a dificuldade acrescida de um contexto diferente para um tema familiar, os investidores recorrem (muitas vezes de forma involuntária) à fixação funcional (Ghani *et al.*, 2009). Hodge *et al.* (2004) descobriram que o formato de apresentação é uma potencial solução para a fixação funcional. Por outro lado, um estudo realizado por Ghani *et al.* (2009) não conseguiu fornecer evidências de que o formato de apresentação poderia reduzir os efeitos da fixação funcional. À luz das teorias anteriores, identificam-se estudos que buscam evidências dos impactos diferenciados da utilização de gráficos e tabelas nos relatos anuais em termos quer da aquisição e retenção da informação, quer do tempo de interpretação.

Em termos mais específicos, Reis (2008) afirma que os gráficos facilitam a tarefa de memorização e análise devido à maior capacidade de síntese conseguida através da representação gráfica, permitindo utilizar o sentido visual para perceber mais facilmente a forma geral, como as tendências, sem deixar de evidenciar alguns aspetos particulares.

Através da utilização de gráficos, esquemas e figuras, consegue-se uma melhor interação entre a informação disponibilizada e os *stakeholders*, podendo afirmar-se que as representações gráficas são utilizadas principalmente para facilitar a visualização de dados e o processo de tomada de decisão (Pennington & Tuttle, 2009; Conati & Maclaren, 2008; Lurie & Manson, 2007 & Hill & Milner, 2003). Adicionalmente, os gráficos têm uma linguagem universal sendo úteis para quebrar barreiras de idioma e cultura (Frownfelter-Lohrke & Fulkerson, 2001).

Os gráficos permitem que as informações sejam apresentadas de uma forma mais flexível e atraente (Leivian, 1980). Tufte (1983) concluiu que os gráficos facilitam a retenção de informação. Ao encontro do ponto anterior, Beattie e Jones (1992) destacam que os gráficos melhoram a visualização dos dados, o que melhora a compreensão das informações através do sentido visual. Além disso, os gráficos destacam as tendências e relacionamentos entre os dados (Canadian Institute of Chartered Accountants, 1993). Paivio (1974) afirma que os *stakeholders* têm uma maior capacidade de memorizar padrões visuais do que texto ou tabelas.

Relativamente ao tempo de interpretação, Tuttle e Kershaw (1998) identificaram que utilizar tabelas aumenta a velocidade de resposta, comparativamente aos gráficos. No entanto, Bricker e Nehmer (1995) obtiveram uma conclusão contrária, isto é, a de que os gráficos superaram as tabelas nessa matéria. Também Beattie e Jones (1992) identificam que os gráficos, ao melhorar a visualização, tornam o processo de compreensão mais imediato. Pela sua atratividade, Tufte (1983) indica que os gráficos facilitam a compreensão e a memorização das informações, diminuindo, assim, o tempo de análise.

Observa-se, ainda, que a literatura procura estabelecer ligações entre a aquisição e retenção da informação, por um lado, e o tempo de processamento da informação, por outro, não se apresentando, por vezes, necessariamente consensual.

Jarvenpaa e Dickson (1988) e Coll (1992) afirmam que os gráficos permitem uma avaliação mais rápida, no entanto, as tabelas permitem uma avaliação com maior precisão. Os gráficos apelam ao sentido visual e permitem que os dados sejam lidos de forma mais direta, clara (Ackerman, 1991) e expedita (Smith & Bain 1987). Corroborando os entendimentos anteriores, De Sanctis (1984) conclui que os gráficos têm a vantagem de uma resposta mais rápida, embora a eficácia da resposta possa não ser necessariamente apropriada.

Schmid e Schmid (1979) e Tufte (1983), em contraponto, sugerem que os relatos anuais que combinam gráficos e tabelas melhoram a precisão na análise da informação divulgada.

Em síntese, verifica-se que não existe um total consenso na literatura relativamente aos benefícios do recurso ao uso de imagens e gráficos, quer em termos das melhorias para a **eficácia da análise** (aquisição e retenção da informação), quer em termos de redução do **tempo de interpretação**. Assim, a H1, associada ao O1 proposto para este estudo, apresenta-se formulada no sentido do maior número de considerações teóricas e evidências observadas, nos seguintes termos:

H1: O relato não financeiro suportado em imagens e gráficos melhora a eficácia da análise e reduz o tempo de interpretação da INF por parte dos investidores não profissionais.

3.2. A complexidade da tarefa

A **complexidade da tarefa** é dividida em duas complexidades diferentes: a complexidade relativa à informação e a complexidade relativa à pergunta. Segundo Davis (1989), a complexidade da informação é definida em relação à quantidade de informação apresentada, sendo de considerar a existência de três níveis de complexidade.

O nível baixo corresponde a uma apresentação (gráfico/tabela) de apenas um indicador para uma empresa em 5 anos. O nível médio é uma apresentação (gráfico/tabela) de um indicador para 4 empresas ao longo de 5 anos. O nível alto é uma apresentação (gráfico/tabela) de dois indicadores para 4 empresas ao longo de 5 anos.

A complexidade das perguntas é definida pelo tipo de pergunta feita ao respondente, a saber: identificação, comparação e estimativa. No nível baixo, a resposta às questões deve considerar o maior ou o menor valor. No nível médio, o respondente deve comparar dois dados (variação entre o valor num determinado período). Quanto ao nível alto, o respondente deve medir a diferença entre dois dados (Davis, 1985).

A quantidade de informação apresentada nos relatos tende a aumentar a confiança dos *stakeholders* na tomada de decisão (Ebbesen & Konecni, 1980). Por outro lado, Reimsbach *et al.*, (2018) afirmam que a tomada de decisão é influenciada por fatores como o formato de apresentação da informação e as diferentes características do *stakeholder* (como a sua experiência). Havendo maior quantidade de informação disponível, essa influência acentua-se, aumentando a variação no comportamento dos *stakeholders* e, conseqüentemente, diversificando a tomada de decisão.

Blocher (1986) conclui que o formato gráfico resulta numa tomada de decisão mais precisa nas tarefas de baixa complexidade. Hwang e Wu (1990) destacam que os gráficos são igualmente mais eficazes do que as tabelas em tarefas de média complexidade.

Opostamente, Remus (1984) demonstra que as tabelas têm um melhor desempenho nas tarefas de baixa complexidade, enquanto o gráfico é mais eficaz nas tarefas de maior complexidade.

Wainer e Thissen (1982) concluiu que, para uma tarefa de extrema dificuldade, tanto os gráficos como as tabelas não podem influenciar a eficácia da decisão dos usuários da informação.

Washburne (1927) comprovou que as tabelas facilitam a recordação de quantidades específicas e de comparações simples, enquanto os gráficos de barras facilitam a recordação de comparações complexas e os gráficos de linha as tendências. Em resumo, os benefícios dos formatos de apresentação dependem da **complexidade da tarefa**, não existindo, no entanto, consenso relativamente aos formatos mais eficazes perante tarefas de diferente complexidade. Assim, a H2 proposta para este estudo, associada ao O2, apresenta-se formulada nos seguintes termos:

H2: A complexidade da tarefa altera a eficácia da análise da INF por parte dos investidores não profissionais, independentemente do formato de apresentação do relato não financeiro.

3.3. A garantia de fiabilidade da informação não financeira

Kiliç, Kuzey e Uyar (2015) destacam que o relato não financeiro deve ser fiável, credível, coeso e comparável, com o intuito de satisfazer as necessidades dos *stakeholders* (citado por Reis, 2020)¹⁸. A **garantia de fiabilidade** pode atuar como um “substituto de qualidade” relativamente à INF, visto que os *stakeholders* esperam que as entidades com verificação externa tenham um desempenho mais favorável do que as empresas que dela prescindem (Birkey, Michelin, Patten & Sankara, 2016).

As entidades, por vezes, recorrem a entidades externas para verificarem a INF divulgada, com o intuito de aumentar a fiabilidade e credibilidade dos relatos (Brown-Liburd & Zamora, 2015) e, conseqüentemente, aumentar a sua qualidade (Reimsbach *et al.*, 2018).

Adams (2002) realizou um estudo que apontou precisamente para a necessidade de medidas adicionais para melhorar a prestação de contas, incluindo normas obrigatórias de relato, uma norma de auditoria obrigatória para as multinacionais e a revisão integral dos sistemas de governo das sociedades. Adams defende que o RS deveria ser obrigatório.

Vários estudos encontraram, consistentemente, um efeito positivo da garantia de fiabilidade da INF na fiabilidade da informação percebida pelos utilizadores do relato (Brown *et al.*, 2015). Em última análise, a perceção de maior fiabilidade e credibilidade pode até traduzir-se em efeitos benéficos no valor de cotação das ações (Coram, Monroe & Woodliff 2009).

Em relação às teorias subjacentes à garantia de fiabilidade do RI, podem-se destacar quatro, a saber: a teoria da agência, a teoria dos *stakeholders*, a teoria institucional e a teoria da legitimidade.

A teoria da agência prevê que quando a informação é sujeita à garantia de fiabilidade, possui uma assimetria da informação menor e aumenta a transparência e a credibilidade da informação, melhorando a perceção dos *stakeholders* (Rodrigues, 2021).

A teoria dos *stakeholders* associa questões como a criação de valor, a ética, a responsabilidade e a sustentabilidade nos negócios, aplicada à gestão estratégica, ao governo das sociedades e às práticas de gestão nas empresas (Freeman, Harrison, Wicks, Parmar & Colle, 2010). Freeman (1984) formulou a teoria baseando-se na forte interligação entre a empresa e os seus *stakeholders*, definidos como “(...) qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos de uma organização” (Freeman, 1984, p.46). A envolvência dos *stakeholders*

¹⁸Kiliç M., Kuzey, C., & Uyar, A. (2015). The impact of ownership and board structure on corporate social responsibility (CSR) reporting in the Turkish banking industry. *Corporate Governance*, 15(3), 357–374.

é o processo através da qual uma organização envolve na sua atividade um conjunto relevante de *stakeholders*, com o objetivo de criar valor partilhado (Freeman, 2004).

O envolvimento de *stakeholders* é uma opção totalmente voluntária da empresa e, por este motivo, não segue uma estrutura obrigatória (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, 2020). Contudo, a norma “AA1000 *Account Ability Stakeholder Engagement Standard* (2016)” é a norma usualmente aplicada pelas organizações para o envolvimento de *stakeholders*. A norma funciona como um guia que apoia as organizações a analisar, conceber, implementar e comunicar uma abordagem integrada ao envolvimento dos *stakeholders*. De acordo com a norma, a qualidade de um processo de envolvimento de *stakeholders* depende de vários critérios, entre os quais (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, 2020):

- (H) definição clara do âmbito;
- (ii) foco nos temas materiais para a organização e para os *stakeholders*;
- (iii) criação de oportunidades de diálogo;
- (iv) integração do processo no modelo de governo da organização;
- (v) transparência a elaboração em tempo oportuno (Rodrigues, 2021);

A teoria institucional concentra-se na influência dos sistemas político, social e económico. Hahn e Kühnen (2013) referem que as atividades das organizações não seguem necessariamente a lógica dos negócios. Em vez disso, podem responder a expectativas institucionalizadas na envolvente.

A teoria da legitimidade assenta na ideia da legitimidade que se relaciona diretamente, por sua vez, ao conceito do contrato social (Deegan, 2002, p. 293). Deegan (2002) afirma que, assim como a entidade influencia a sociedade, também a sociedade influencia a entidade.

Conforme observam Eccles e Saltzman (2011), a garantia externa de informação não é obrigatória para os dois tipos de informação (financeira e não-financeira) e o grau de exigência das auditorias realizadas também não é o mesmo. Devido à fusão dos dois tipos de informação, a presença no relato da garantia obrigatória relativa à informação financeira pode induzir em erro o *stakeholder* e levá-lo a assumir que toda a informação é assegurada através de garantia externa. A presença de garantia voluntária da informação não-financeira tornar-se-ia, assim,

irrelevante ou, pelo menos, severamente menos importante na percepção geral do *stakeholder* sobre a informação de sustentabilidade adquirida.

Reimsbach *et al.* (2018) realizaram um estudo no sentido de identificar se a garantia de INF era mais relevante nos RI ou nos relatos tradicionais. A amostra foi composta por 104 investidores profissionais e gestores de fundos com experiência média de 11,8 anos. A maioria dos participantes trabalhava na Alemanha. A experiência foi realizada através de uma metodologia fatorial 2×2. Os participantes foram atribuídos a um dos grupos experimentais de forma aleatória. Metade dos participantes recebeu um relato tradicional (um RS, independente do relato financeiro), a outra metade recebeu um RI (documento único). A informação financeira e não financeira manteve-se similar em todos os grupos experimentais, sendo que foi manipulada uma verificação externa da INF em dois dos relatos. Os resultados obtidos demonstraram que a garantia voluntária da informação relacionada com a sustentabilidade tem o esperado efeito positivo sobre esse tipo de informação, embora menos evidente no contexto do RI. Embora a garantia de fiabilidade da INF ainda seja voluntária na maioria dos países, a França tornou esta asseguuração obrigatória com a adoção da lei Grenelle 2 (n.º 2010-788) em 2010 (Martinez, Monjarret & Rivière-Giordano, 2021).

A literatura sobre garantia de fiabilidade da INF permanece dividida sobre o papel desta asseguuração e a sua eficácia. No entanto, Pennings (2017) observa que estudos sobre a eficácia da garantia da INF permanecem raros, especialmente no caso dos mercados europeus. É também surpreendente que as opiniões dos próprios fornecedores de garantia tenham sido negligenciadas na literatura existente (Boiral, Heras-Saizarbitoria, Brotherton, & Bernard, 2019; Boiral, Heras-Saizarbitoria, & Brotherton, 2019 citado por Martinez *et al.*, 2021)¹⁹.

Não se identificaram estudos, no entanto, que analisem se a relevância atribuída pelos investidores não profissionais à garantia de fiabilidade é influenciada pela relevância que atribuem, especificamente, à INF. Considerando, contudo, os indícios na literatura sobre o tema discutidos no capítulo precedente, que atribui à INF uma relevância cada vez maior (designadamente, Eccles e Saltzman, 2011, Brown-Liburud e Zamora, 2015 e Brown *et al.*, 2015) e, associadamente a isto, uma relevância crescente para a garantia de fiabilidade desta informação, a partir dos resultados obtidos por Reimsbach *et al.* (2018), foi definida a H3, associada ao O3 proposto para este estudo e formulada nos termos seguintes:

¹⁹Boiral, O., Heras-Saizarbitoria, I. & Brotherton, M. C. (2019). Assessing and improving the quality of sustainability reports: The auditors' perspective. *Journal of Business Ethics*, 155(3), 703–721.

Boiral, O., Heras-Saizarbitoria, I., Brotherton, M. C. & Bernard, J. (2019). Ethical issues in the assurance of sustainability reports: Perspectives from assurance providers. *Journal of Business Ethics*, 159(4), 1111–1125.

H3: A relevância atribuída à garantia de fiabilidade da INF encontra-se diretamente associada à relevância que os investidores não profissionais atribuem à INF.

Definidas as hipóteses para as quais o estudo empírico procura dar resposta, o próximo capítulo apresenta a metodologia e a análise dos resultados obtidos.

4. Estudo empírico

Este capítulo divide-se em dois subcapítulos. O primeiro subcapítulo diz respeito à metodologia e, no segundo, apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos.

4.1. Metodologia

Este subcapítulo encontra-se dividido em três subsecções. A primeira dedica-se à caracterização geral do estudo, com destaque para as características que definem os diferentes modelos de questionários e a forma como as questões desenvolvidas se encontram relacionadas com as hipóteses propostas. No segundo subcapítulo identificam-se as técnicas estatísticas utilizadas, em função das variáveis selecionadas, no sentido de validar, ou não, as referidas hipóteses. Por fim, o terceiro capítulo dedica-se à caracterização da amostra utilizada no estudo.

4.1.1. Caracterização geral do estudo

Para a verificação das hipóteses propostas no capítulo três, realizou-se um estudo empírico para determinar os efeitos do formato de apresentação do RI e da complexidade da tarefa na percepção, compreensão e tempo de interpretação de investidores não profissionais, assim como a relevância por estes atribuída à garantia de fiabilidade da INF.

O estudo terá como objeto de análise a informação parcialmente extraída de um RI de uma entidade com ações cotadas no mercado regulamentado português, com ênfase para a INF, a partir da qual foram desenvolvidas quatro versões distintas de um mesmo questionário-base. Os dados obtidos a partir do referido questionário serão transformados em dados quantitativos, sujeitos à análise a partir das técnicas estatísticas a seguir descritas. Este estudo caracteriza-se, portanto, pelo uso de um questionário como fonte de recolha de dados, de natureza quantitativa.

Em termos mais específicos, para avaliar a H1 e H2 foram desenvolvidos dois modelos globais de questionário, consoante o formato de apresentação da informação: um a partir de um formato de apresentação mais gráfico e figurativo (doravante designado, simplifadamente, por “gráfico” ou “formato gráfico”) e outro a partir de um formato de apresentação suportado maioritariamente através de tabelas (doravante designado, simplifadamente, por “tabela” ou “formato tabela”). Para dar resposta à H3, surgem duas questões, iguais em ambas as versões, referentes à relevância da INF e à relevância da garantia de fiabilidade da INF.

Numa análise adicional (relacionada com H3), procurou-se determinar se a opinião dos respondentes sobre a relevância da INF ou da garantia de fiabilidade da INF pode ser

influenciada pelo prévio conhecimento que detêm quanto à assegução, ou não, da informação apresentada. Como tal, foram criadas duas versões adicionais dos dois modelos globais do questionário inicialmente desenvolvidos, que diferem apenas quanto à presença ou ausência da garantia de fiabilidade da INF. Quando existente, esta informação é expressamente identificada no início do questionário.

Assim, quatro modelos de questionários distintos foram distribuídos, conforme apresentado na Figura 4.1.

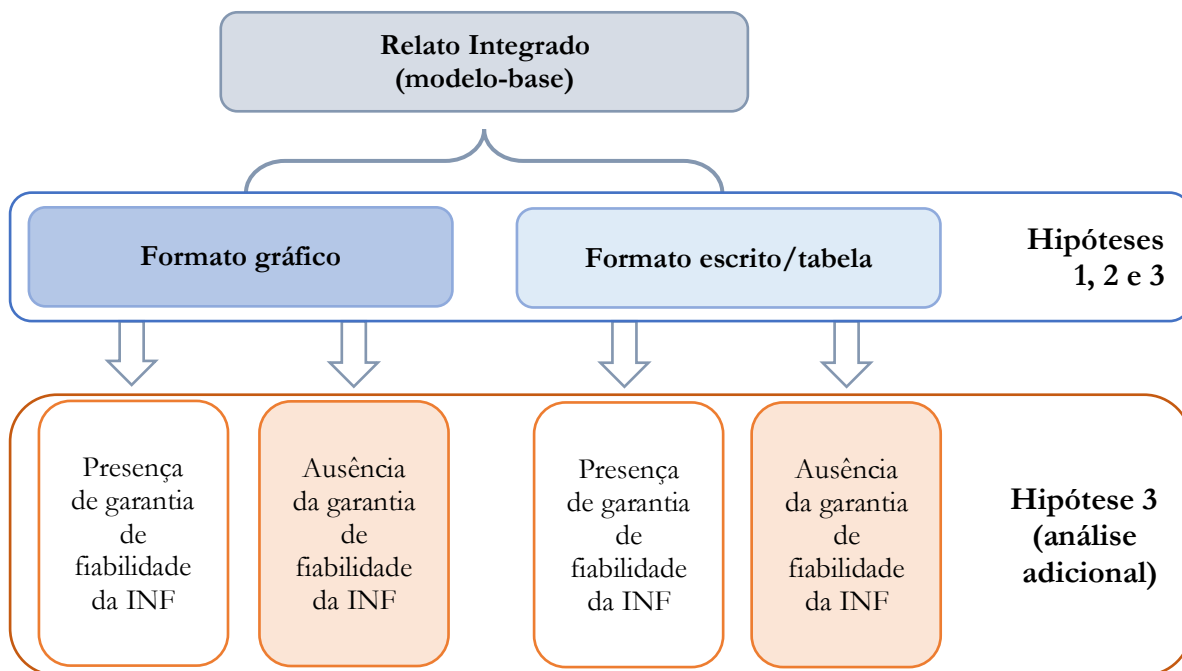


Figura 4.1. – Características dos diferentes modelos de questionários

A partir dos apêndices desta dissertação podem ser consultados os seguintes conteúdos:

- Apêndice 1 – Garantia de fiabilidade da informação não financeira;
- Apêndice 2 – Ausência da garantia de fiabilidade da informação não financeira;
- Apêndice 3 – Questões demográficas;
- Apêndice 4 – Formato gráfico ou figurativo;
- Apêndice 5 – Formato através de tabelas;

Importa ressaltar que a presença ou ausência de garantia de fiabilidade da INF em função do formato de apresentação (subdivisão final) não é objeto de análise neste estudo, tendo sido desenvolvida no intuito de garantir maior aleatoriedade ao processo. Adicionalmente, não se identificam evidências prévias na literatura que suportem os potenciais efeitos do formato de apresentação sobre a relevância atribuída à INF ou à garantia de fiabilidade da INF.

Os questionários iniciam com a exposição das questões demográficas, que permitiram a caracterização da amostra a ser apresentada no último subcapítulo. Estes dados foram usados como análise de robustez para alguns dos resultados, no sentido de identificar eventuais efeitos ou padrões diferenciados em função da distinção da amostra em subgrupos. Às questões demográficas seguem-se as questões que permitirão obter os dados que se relacionam mais diretamente com as hipóteses propostas para este estudo.

A Tabela 4.1. procura, por sua vez, relacionar cada uma das hipóteses desenvolvidas com as questões propostas no questionário.

Tabela 4.1. – Questões realizadas no questionário e a respetiva hipótese

Hipóteses (H)	Questões propostas
H1: O relato não financeiro suportado em imagens e gráficos melhora a aquisição e retenção da informação e reduz o seu tempo de interpretação por parte dos investidores não profissionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a percentagem de mulheres na alta administração atual? - Qual a cotação, em euros, da empresa X no dia 31 de dezembro de 2020? - Qual a percentagem de eletricidade renovável nas operações em Portugal?
H2: A complexidade da tarefa, independentemente do formato de apresentação, altera a eficácia da aquisição e retenção de informação por parte dos investidores não profissionais.	Informação de baixa complexidade <ul style="list-style-type: none"> - Em que ano a empresa X tem o valor mais baixo de emissões de CO²? - Qual o período teve a maior queda no valor de CO²? - Quantifique a diminuição do CO² de 2019 para 2020.
	Informação de média complexidade <ul style="list-style-type: none"> - Qual a Empresa com pior valor de emissões de CO² em 2020? - Qual o período em que a empresa Z teve a maior queda no valor das emissões de CO²? - Quantifique a diminuição das emissões de CO² na empresa Y entre 2018 e 2019.
	Informação de alta complexidade <ul style="list-style-type: none"> - Qual a Empresa com o menor valor de Emissões de CO² em 2020? - Qual o período em que a empresa Y teve a maior queda no valor da ação? - Quantifique a diminuição da cotação, em euros, da empresa X entre 2017 e 2018?
H3: A relevância atribuída à garantia de fiabilidade da INF no RI encontra-se diretamente associada à relevância que os investidores não profissionais atribuem à INF.	Classifique, numa escala de 1 “nada importante” a 10 “extremamente importante”: <ul style="list-style-type: none"> - A relevância que atribui à INF na sua potencial decisão de investimento ou desinvestimento; - A relevância que atribui, para efeitos de tomada de decisão, à divulgação de garantia de fiabilidade da INF.

Relativamente à H1, foram realizadas três perguntas, apresentadas distintamente conforme a versão do questionário (gráfico *versus* tabela), para determinar se o formato de apresentação pode influenciar a aquisição e retenção da informação por parte dos respondentes. Em termos práticos, foi exibido primeiro um conjunto de informações específicas, apresentadas consoante o respetivo formato de apresentação do questionário, e, posteriormente e sem forma de recuperar a informação visualizada, uma questão, à semelhança do método experimental utilizado por Chekkar *et al.* (2013). A primeira pergunta é sobre a percentagem atual de mulheres em cargos administrativos, a segunda sobre o valor das ações no final de 2020 e, por último, é questionada a parcela de energia renovável adquirida nas operações em Portugal. O tempo total da realização do questionário serviu para analisar o elemento referente ao tempo de interpretação das questões.

Relativamente à H2, cada gráfico ou tabela foi apresentado em função de três níveis distintos de complexidade da informação, conforme os parâmetros definidos por Davis (1985) para a “complexidade da informação”, previamente apresentados no capítulo 3.2. No nível mais baixo, o gráfico ou tabela contém apenas informação sobre as emissões de CO₂ da empresa X ao longo de quatro anos. No segundo nível acrescentou-se mais duas empresas, a Y e a Z. No último nível acrescentou-se, ainda, o valor da cotação da ação das empresas X, Y e Z ao longo dos quatro anos. No final de cada gráfico ou tabela apresentam-se outras três questões, com diferentes níveis de complexidade, também estes em conformidade com os parâmetros definidos por Davis (1985) “complexidade das perguntas”:

- i. a de baixo nível de complexidade (identificação), onde se questiona qual o maior ou menor valor de CO₂ ou da cotação da ação;
- ii. a de nível médio de complexidade (comparação), que contém questões relativas ao período com maior queda de CO₂ ou maior desvalorização da cotação da ação; e
- iii. a de nível alto de complexidade (estimativa), que questiona qual o aumento de CO₂ num dado período.

Relativamente à H3, os respondentes tiveram de classificar de 1 a 10, sendo 1 “nada importante” e 10 “muito importante”, qual a relevância que atribuem à INF e a relevância que atribuem à divulgação de garantia de fiabilidade da INF. Mais especificamente, pretende-se identificar se a relevância atribuída à garantia de fiabilidade apresenta-se distinta em função da relevância atribuída à INF em geral. A análise adicional, por fim, procurará verificar se as respostas dadas às duas questões referidas se apresentam distintas consoante a presença ou ausência da garantia de fiabilidade da INF no questionário.

4.1.2. Variáveis e técnicas estatísticas utilizadas

A análise efetuada na presente investigação inclui técnicas de estatística descritiva, recorrendo a medidas de tendência central (média e mediana), bem como testes não-paramétricos bivariados que incluem os testes do qui-quadrado, Mann-Whitney-U, Wilcoxon e o teste de sinais. A seleção dos referidos testes teve por base o tipo de variável em causa na análise.

As técnicas estatísticas utilizadas em função do tipo de variáveis e para as distintas finalidades subjacentes às hipóteses formuladas encontram-se apresentadas na Tabela 4..

Tabela 4.2 – Testes estatísticos selecionados em função das variáveis e hipóteses

Hipóteses (H)	Teste estatístico	Tipo de variável	Tipo de amostra	Objetivo
H1	Qui-quadrado	Dicotómica (resposta certa =1; outras respostas = 0)	Não relacionadas ou independentes	Identificar diferenças estatisticamente significativas entre as respostas para as três primeiras questões, em função do tipo de questionário (gráfico <i>versus</i> tabela)
	Mann-Whitney-U	Contínua (tempo em segundos)	Não relacionadas ou independentes	Identificar diferenças estatisticamente significativas entre os tempos das respostas para as três primeiras questões, em função do tipo de questionário (gráfico <i>versus</i> tabela)
H2	Qui-quadrado	Dicotómica (resposta certa =1; outras respostas = 0)	Não relacionadas ou independentes	Identificar diferenças estatisticamente significativas entre as respostas para os diferentes níveis de complexidade, em função do tipo de questionário (gráfico <i>versus</i> tabela)
	Wilcoxon	Contínua (percentagem de respostas certas)	Relacionadas ou dependentes	
H3	Teste dos sinais	Ordinal (Escala de relevância atribuída)	Relacionadas ou dependentes	Identificar diferenças estatisticamente significativas entre as respostas relativas à relevância atribuída à INF <i>versus</i> relevância atribuída à garantia de fiabilidade

Os testes não paramétricos apresentam como principal vantagem a não-necessidade de verificação da normalidade da distribuição, sendo aplicável a amostras de pequena dimensão (Hill & Hill, 2008, p. 195).

O teste do qui-quadrado pode ser aplicado quando as amostras são divididas em duas características (amostras não relacionadas ou independentes), como a análise em função do formato gráfico *versus* tabela, quando estão em causa variáveis *dummies* ou dicotómicas do tipo “0” ou “1”. O objetivo do teste é verificar se existem diferenças significativas entre os resultados obtidos para as amostras nas diferentes categorias (Firmino, 2015).

O teste de Mann-Whitney-U é aqui usado numa perspetiva similar à do qui-quadrado, isto é, para a comparação dos resultados entre dois grupos independentes (Hill & Hill, 2008, p. 201). No entanto, aplica-se a variáveis contínuas e, como tal, será utilizado para a análise dos tempos de respostas em função do formato gráfico *versus* tabela.

Tanto o teste de Wilcoxon como o teste dos sinais são igualmente não paramétricos e utilizados em amostras dependentes (Hill & Hill, 2008, p. 195), diferenciando-se pelo tipo de variável: contínua e ordinal, respetivamente.

Em termos mais específicos, para a análise da H1 foram realizadas três perguntas no sentido de determinar, numa primeira fase, se o formato de apresentação pode influenciar a aquisição e retenção da informação por parte dos respondentes. A análise passa por verificar qual das duas versões do questionário (gráfico/tabela) obteve uma maior percentagem de respostas corretas. Com base no teste estatístico qui-quadrado, que indica se a diferença percentual nos resultados é significativa, torna-se possível determinar qual o formato de apresentação mais eficaz.

Adicionalmente, foi registado o tempo de realização do questionário. Com base nas eventuais diferenças significativas entre o tempo médio necessário para as respostas facultadas em cada formato de apresentação, a partir do teste de Mann-Whitney-U, é possível aferir se o formato de apresentação reduz o tempo de interpretação e análise por parte dos respondentes.

Para analisar a H2, foram definidas diferentes combinações entre informação e pergunta de diferentes níveis de complexidades, que resultam em tarefas de baixa, média ou alta complexidade. Inicialmente, fez-se uma análise entre os diferentes formatos de apresentação e os distintos níveis de complexidade associados à informação e à pergunta. Em função das diferenças estatisticamente significativas nos resultados obtidos, com base no teste do qui-quadrado, é possível verificar se há um formato mais eficiente consoante a complexidade da informação e da pergunta.

Outra análise efetuada passa por verificar se a percentagem de respostas corretas é diferente com o aumento da complexidade da tarefa e se a referida diferença é estatisticamente significativa. A partir do teste de Wilcoxon, torna-se possível verificar se existe uma relação entre a eficácia da aquisição e retenção de informação por parte dos investidores não profissionais e a complexidade da tarefa para os diferentes formatos de apresentação.

A partir das duas questões que suportam a análise da H3, pretende-se avaliar se a relevância atribuída à garantia de fiabilidade da INF no RI encontra-se diretamente associada à relevância que os investidores não profissionais atribuem à INF. Entende-se que é este o caso quando a classificação dada pelos respondentes em ambas as questões são relativamente próximas ou similares. O teste dos sinais permite verificar se existe uma diferença estatisticamente significativa entre o número de respondentes que considera a INF mais relevante que a sua asseguaração e vice-versa.

Inclui-se ainda, neste âmbito, uma análise adicional onde se recorreu ao mesmo teste, comparando-se os resultados obtidos, no entanto, em função da indicação de que a INF presente no questionário está, ou não, assegurada.

4.1.3. Amostra

A amostra deste estudo foi constituída por 170 estudantes do segundo ciclo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), utilizados como *proxy* de investidores não profissionais.

Importa ressaltar que pela conveniência e potencial enviesamento da amostra utilizada, os resultados deste estudo não podem ser extrapolados para o universo de referência do estudo, apresentando-se, assim, como meramente indicativos do eventual comportamento deste grupo.

A seleção de estudantes para este efeito teve por base procedimento similar utilizado em distintos estudos de igual natureza, designadamente Hodge *et al.* (2002), Checon (2013), Chekhar *et al.* (2013) e de Hussein *et al.* (2020), tendo em conta a dificuldade de acesso ao universo dos investidores não profissionais.

A Tabela 4. apresenta, para efeitos de comparação, um levantamento da amostra utilizada nestes estudos distintos estudos que utilizaram, igualmente, estudantes do ensino superior como *proxy* de investidores não profissionais.

Tabela 4.3 – Estudos que utilizam estudantes como *proxy* de investidores não profissionais

Autores	País	<i>Proxy</i> de investidores não profissionais
Hodge <i>et al.</i> (2004)	Estados Unidos da América	Estudo com 97 alunos do segundo ano de pós-graduação em análise de demonstrações financeiras.
Checon (2013)	Brasil	Estudo com 171 alunos de pós-graduação em contabilidade ou gestão.
Chekkar <i>et al.</i> (2013)	França	Estudo com 2.762 alunos de licenciatura ou mestrado em gestão
Hussein <i>et al.</i> (2020)	Egipto	Estudo com estudantes de licenciatura em contabilidade e finanças

Os diferentes modelos de questionário propostos para este estudo foram distribuídos aleatoriamente aos referidos estudantes.

Através das questões demográficas foi possível caracterizar a amostra composta pelos participantes deste estudo.

A Tabela 4. sintetiza esta informação, apresentando os detalhes em função da existência, ou não, de garantia de fiabilidade da INF, bem como pelos diferentes formatos de apresentação.

Verificou-se que, entre os participantes:

- i. 59% são do sexo feminino;
- ii. 44% tem mais de 25 anos, sendo a média de idades de 28 anos;
- iii. 79% são licenciados;
- iv. 45% apresentam como formação de base a área da Gestão, 27% a área de Contabilidade e de Auditoria, 18% a área de finanças e, por fim, os restantes 10% na área de Economia ou outros;
- v. 84% são estudantes-trabalhadores; e
- vi. 69% tem menos de 5 anos de experiência, sendo de referir em acréscimo que 14% não tem qualquer experiência profissional.

Tabela 4.4 – Caracterização demográfica da amostra

Grupos	Classificação	Com garantia de fiabilidade				Formato gráfico				Total	
		Sim		Não		Sim		Não		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%		
Género	Feminino	45	54	55	64	61	67	39	49	100	59
	Masculino	39	46	31	36	30	33	40	51	70	41
Idade	Até 25 anos	52	62	44	51	55	60	41	52	96	56
	Mais de 25 anos	32	38	42	49	36	40	38	48	74	44
Escolaridade	Licenciatura	63	75	72	84	68	75	67	85	135	79
	Pós-graduação	15	18	7	8	14	15	8	10	22	13
	Mestrado	6	7	7	8	9	10	4	5	13	8
Área de formação	Gestão	41	49	35	41	41	45	35	44	76	45
	Finanças	11	13	19	22	16	18	14	18	30	18
	Economia	5	6	6	7	6	7	5	6	11	6
	Contabilidade	24	29	22	26	23	25	23	29	46	27
	Outros	3	4	4	5	5	5	2	3	7	4
Estudante-trabalhador	Sim	67	80	75	87	77	85	65	82	142	84
	Não	17	20	11	13	14	15	14	18	28	16
Anos de experiência	Até 5 anos	63	75	54	63	70	77	47	59	117	69
	Entre 5 e 10 anos	12	14	15	17	11	12	16	20	27	16
	Mais de 10 anos	9	11	17	20	10	11	16	20	26	15
Total		84	49	86	51	91	54	79	46	170	100

Importa ressaltar que, como forma de ampliar a amostra do estudo e dar maior robustez aos resultados, o procedimento de recolha efetuado recorreu a dois anos letivos consecutivos. Recorrendo ao teste do qui-quadrado, verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as respostas dos alunos de diferentes anos letivos entre as várias questões. Como tal, os resultados não serão analisados em função do ano letivo dos estudos.

O próximo subcapítulo dedica-se à discussão dos resultados obtidos na presente investigação. Estes resultados serão discutidos, posteriormente, à luz da revisão de literatura efetuada no capítulo precedente.

4.2. Apresentação e análise dos resultados

Este subcapítulo apresenta-se subdividido em três secções, em função de cada uma das três hipóteses formuladas para dar resposta aos objetivos deste estudo.

4.2.1. O formato de apresentação

Neste subcapítulo pretende-se apresentar e analisar os resultados obtidos na primeira parte do questionário, os quais vão ao encontro do O1. O referido objetivo encontra-se associado, por sua vez, à H1.

O teste do qui-quadrado foi realizado para verificar a significância dos resultados obtidos para as primeiras três perguntas na comparação em função do formato de apresentação, nomeadamente:

- (i) Qual a percentagem atual de mulheres em cargos administrativos?
- ii) Qual o valor das ações no final de 2020?
- iii) Qual a percentagem de energia renovável adquirida em operações em Portugal?

A Tabela 4.. sintetiza as frequências obtidas para as respostas corretas, bem como a significância do teste do qui-quadrado.

Tabela 4.5 – Frequências e significância do qui-quadrado – H1

	Mulheres na alta administração	Valor da cotação no final do ano	Energia renovável em operações portuguesas
Total (%)	34	74	58
Gráfico (%)	26	78	57
Tabela (%)	42	68	58
Diferença (%)	-16	10	-1
Nível de significância	0,03	0,15	0,89

Relativamente à primeira questão, referente às “mulheres na alta administração”, apenas 26% dos respondentes cuja informação foi apresentada na forma de gráfico apresentaram resposta correta. Já os respondentes cuja informação foi apresentada na forma de tabela, obtiveram uma prestação superior, com 42% de respostas corretas.

Estes resultados, que apresentam os gráficos como sendo um formato de apresentação menos eficiente em relação às tabelas, contrariam o entendimento mais comum da literatura nesta área, designadamente, Paivio (1974), Tufte (1983), Beattie e Jones (1992), Hill e Milner, (2003), Lurie

e Manson (2007), Conati e Maclaren (2008), Reis (2008) e Pennington e Tuttle, (2009). Contudo, estão em linha com as indicações de De Sanctis (1984), Jarvenpaa e Dickson (1988), e Coll (1992), que identificam que as tabelas permitem uma avaliação mais precisa, o que leva a uma resposta mais eficaz. O nível de significância do teste do qui-quadrado (0,03) sugere que esta diferença é significativa.

Relativamente à segunda questão, relativa ao “**valor da cotação no final do ano**”, verificou-se que 78% dos respondentes, cuja informação foi apresentada em gráfico, apresentaram uma resposta correta. No caso dos respondentes com acesso a tabelas, este número reduz-se para 68%. Contrariamente à questão anterior, os resultados obtidos indicam que, para a referida questão, os gráficos foram mais eficazes. Contudo, o nível de significância do teste do qui-quadrado obtido (0,15) demonstra que a diferença de prestação entre os dois formatos de apresentação não é estatisticamente significativa.

Quanto à última questão, relativa à “**percentagem de energia renovável em operações portuguesas**”, verificou-se uma maior aproximação dos resultados entre os diferentes formatos. Assim, a percentagem de acerto foi de 57% no formato gráfico e de 58% no formato tabela. Consequentemente, o nível de significância do teste do qui-quadrado apresenta o valor mais expressivo, de 0,89, não identificando diferenças estatisticamente significativas.

Numa segunda fase de análise do O1 pretendeu-se determinar o tempo para a concretização do questionário. Na Tabela 4. é possível observar o tempo total, considerado como o somatório do tempo de realização das seguintes questões: as associadas às questões demográficas e das três primeiras perguntas anteriormente referidas (Ti), as de informação de baixa complexidade (Ti.BC), as de média complexidade (Ti.MC) e as de alta complexidade (Ti.AC). Para a determinação do nível de significância foram realizados testes de Mann-Whitney-U.

Tabela 4.6 – Valores médios e significância do Mann-Whitney – H1

Valores médios [s]	Tempo Total	Ti	Ti.BC	Ti.MC	Ti.AC
Total	582,87	356,08	66,30	78,00	82,49
Gráfico	626,66	380,45	69,58	87,40	89,23
Tabela	532,42	328,00	62,52	67,17	74,73
Diferença em valor	94,25	52,44	7,06	20,24	14,51
Nível de significância	0,01	0,01	0,35	0,00	0,22

Considerando o tempo total que cada participante demorou, em média, a realizar o respetivo questionário, é possível comparar os tempos registados entre o formato tabela (532,42s) e o

formato gráfico (626,66s). O nível de significância do teste de Mann-Whitney-U obtido de 0,01 indica que a diferença em termos do tempo de prestação é significativa.

Note-se que não foi apenas no somatório do tempo médio necessário para a conclusão de um questionário que as tabelas mostraram ser mais eficazes. Numa análise mais detalhada, verifica-se que os tempos médios registados nos questionários em formato tabela foram menores em todas as etapas do questionário, conforme se pode verificar pelos valores apresentados para os diferentes conjuntos de questões. Entre estes, destacam-se os conjuntos com resultados estatisticamente significativos:

- Ti – o conjunto que inclui as três primeiras questões do questionário (referentes à H1), onde se verificou que os respondentes com acesso às tabelas demoraram, em média, 328,0s a assimilar a informação e a responder, menos 52,44s que os respondentes com acesso a gráficos, uma diferença que corresponde a um nível de significância de 0,01;
- Ti.MC – o conjunto que inclui as questões referentes às tarefas de média complexidade, onde se verificou que os respondentes com acesso às tabelas demoraram, em média, 67,17s a concluir estas tarefas, menos 20,24s que os respondentes com acesso a gráficos, uma diferença que corresponde a um nível de significância inferior a 0,005.

Como tal, é possível verificar que a informação fornecida exclusivamente por tabelas permite respostas mais céleres, o que se encontrou alinhado com as considerações de Tuttle e Kershaw (1998), contrariando, no entanto, as conclusões apresentadas por Tufte (1983), De Sanctis (1984), Smith e Bain (1987), Jarvenpaa e Dickson (1988), Ackerman (1991), Beattie e Jones (1992), Coll (1992) e Bricker e Nehmer (1995).

Assim, relativamente à influência do formato de apresentação em termos quer da eficácia de análise da informação, quer do tempo de interpretação da INF, verifica-se que os resultados não se apresentam consistentes com a H1 formulada. Como tal, a H1 proposta vê-se globalmente rejeitada.

No próximo subcapítulo analisam-se os resultados que pretendem dar resposta à H2, formulada em conformidade com o O2.

4.2.2. A complexidade da tarefa

A complexidade da tarefa, à luz da literatura, é influenciada pela complexidade da informação e pela complexidade da pergunta (Davis, 1985). A Figura 4.2 – Ilustração do grau de complexidade

da tarefa procura ilustrar o grau de complexidade atribuído a cada combinação informação-pergunta, com diferentes níveis de complexidade, resultando em tarefas de baixa complexidade (BC), média complexidade (MC) ou alta complexidade (AC).

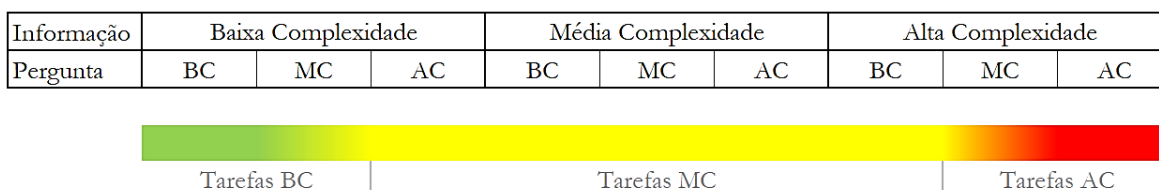


Figura 4.2 – Ilustração do grau de complexidade da tarefa – H2

Na Tabela 4. apresentam-se, para cada tarefa de diferente complexidade a que os respondentes tiveram acesso, as percentagens de respostas corretas e o respetivo nível de significância.

Tabela 4.7 – Frequências e significância de qui-quadrado – H2

Pergunta	Informação de BC			Informação de MC			Informação de AC		
	BC	MC	AC	BC	MC	AC	BC	MC	AC
Total (%)	71	74	46	50	48	34	54	51	31
Gráfico (%)	75	79	42	46	47	31	46	49	26
Tabela (%)	67	67	52	54	48	38	63	52	35
Diferença (%)	8	12	-10	-8	-1	-7	-17	-3	-9
Nível de significância	0,27	0,08	0,19	0,28	0,91	0,32	0,03	0,75	0,20

Com base nestes resultados, observa-se que os gráficos conduziram a uma maior percentagem de respostas corretas em ambas as tarefas de BC. No caso da combinação Informação BC/Pergunta BC, a diferença não foi estatisticamente significativa, com um nível de significância de 0,27. Já no caso da combinação Informação BC/Pergunta MC, os resultados superiores por parte de respondentes com acesso a tabelas são mais evidentes, conforme indicado pelo nível de significância de 0,08.

Os resultados obtidos vão ao encontro das indicações de Blocher (1986), para quem o formato gráfico resulta numa tomada de decisão mais precisa nas tarefas de BC. No entanto, Remus (1984) tinha previamente aferido que as tabelas conduzem a um melhor desempenho nas tarefas de BC.

Nas tarefas de MC, os resultados mostram que aqui as tabelas permitiram uma prestação superior em relação aos gráficos, em todas as combinações. No entanto, verifica-se que os resultados apenas foram estatisticamente significativos para a tarefa no limite superior deste espectro (Informação AC/Pergunta BC), apresentando um nível de significância de 0,03. Estes resultados não estão alinhados com as conclusões apresentadas por Hwang e Wu (1990), que concluíram que os gráficos são mais eficientes do que as tabelas em tarefas de MC.

No caso das tarefas de AC, volta-se a verificar uma melhor prestação por parte dos respondentes com acesso às tabelas. No entanto, as diferenças de resultados são pouco significativas, conforme demonstrado pelos níveis de significância obtidos de 0,75 e 0,20 para as combinações Informação AC/Pergunta MC e Informação AC/Pergunta AC, respetivamente. Isto sugere que, tal como evidenciado por Wainer e Thissen (1982), numa tarefa de extrema dificuldade, tanto os gráficos como as tabelas não influenciam a eficácia da decisão dos utilizadores de informação.

Considerando as ilações supramencionadas, relativamente à forma como o formato de apresentação da informação influencia a prestação dos *stakeholders* em tarefas de distintas complexidades, verifica-se que os diferentes níveis de complexidade exibiram uma maior eficácia em função do formato de apresentação:

- Tarefas de BC – Melhores resultados quando os gráficos são usados;
- Tarefas de MC – Melhores resultados quando as tabelas são usadas;
- Tarefas de AC – Melhores resultados quando as tabelas são usadas.

Importa ressaltar, no entanto, que as diferenças identificadas não se apresentaram, em geral, estatisticamente significativas.

Noutra perspetiva, a Figura 4.3 apresenta as percentagens de respostas corretas relativamente à complexidade das perguntas, para cada formato de apresentação, através de um gráfico que procura linearizar, através de uma tendência, a dispersão dos resultados.

A partir da referida imagem é possível verificar, tendencialmente, um decréscimo da percentagem de respostas corretas com o aumento da complexidade das perguntas. Estes resultados apresentam-se relativamente alinhados com a H2 proposta, verificando-se que a complexidade das perguntas influencia a eficácia da aquisição e retenção de informação por parte dos investidores não profissionais, independentemente do formato de apresentação. Cumpre ressaltar que este efeito se apresenta, no entanto, mais expressivo no contexto do formato gráfico.

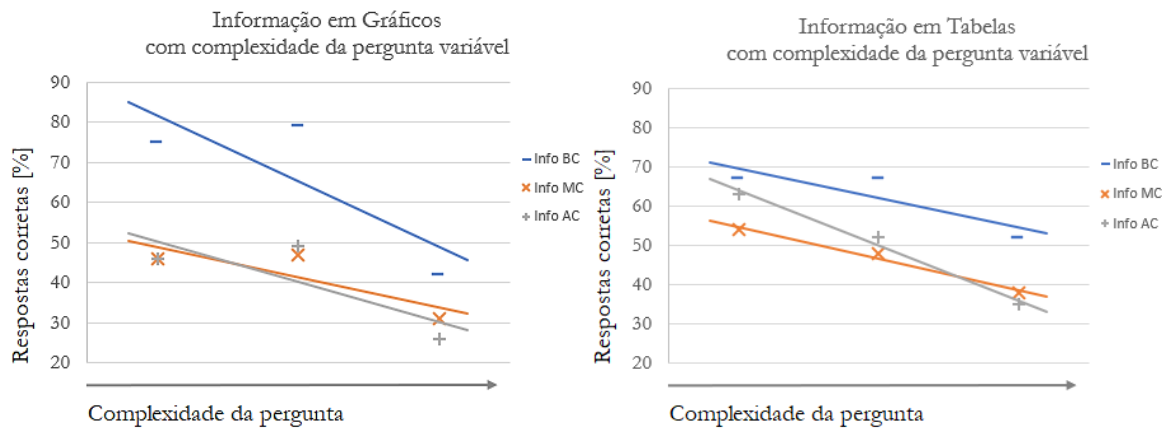


Figura 4.3 – Eficácia da análise em função da complexidade da pergunta – H2

A Figura 4.4 apresenta o mesmo tipo de análise gráfica para cada formato de apresentação, considerando, no entanto, a complexidade da informação.

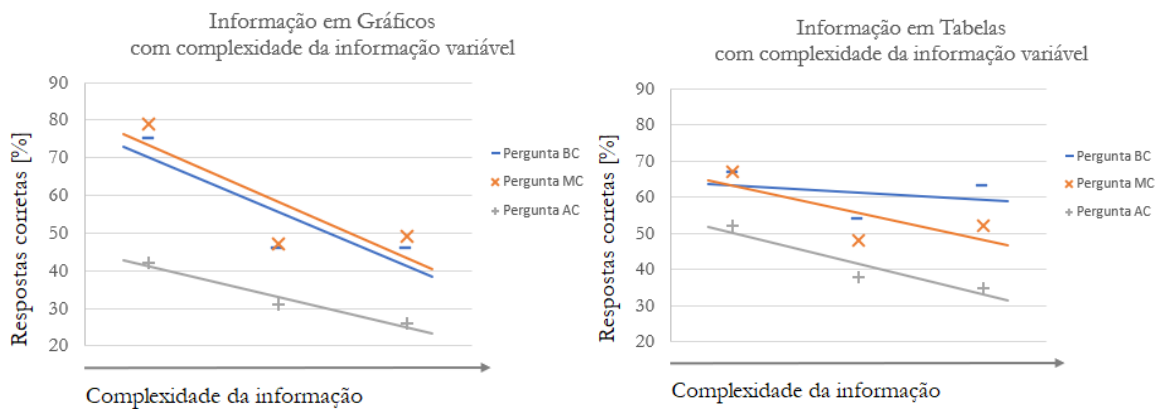


Figura 4.4 – Eficácia da análise em função da complexidade da informação – H2

A partir dos gráficos acima verifica-se, uma vez mais, que, independentemente do formato de apresentação, existe tendencialmente um decréscimo de respostas corretas em função do aumento da complexidade da informação, mais visível na passagem da informação de BC ou MC para a informação de AC. Mais uma vez, os resultados apresentam-se relativamente alinhados com a H2. Importa ressaltar, contudo, a maior aproximação de eficácia tendencialmente observável nos níveis de maior complexidade de informação para o formato gráfico.

Na sequência, a Tabela 4. apresenta os níveis de significância dos resultados obtidos nas tarefas de complexidade variável, calculados através do teste de Wilcoxon.

Quando se comparam os resultados obtidos para Informação MC *versus* AC, verifica-se que o nível de significância do teste aponta para a inexistência de diferenças estatisticamente

significativas, o que está em linha com as evidências apresentadas na Figura 4.3, a partir da proximidade das linhas de tendência laranja e cinzenta, respetivamente.

Relativamente aos resultados obtidos para Pergunta BC *versus* MC, onde também não se verificam diferenças estatisticamente significativas (ou apenas a 10% para o formato tabela), a evidência na Figura 4.4 é observável pela proximidade das linhas de tendência azul e laranja, respetivamente.

Tabela 4.8 – Níveis de significância de Wilcoxon – H2

	Nível de significância de Wilcoxon					
	Informação			Pergunta		
	BC <i>versus</i> MC	BC <i>versus</i> AC	MC <i>versus</i> AC	BC <i>versus</i> MC	BC <i>versus</i> AC	MC <i>versus</i> AC
Total	0,00	0,00	0,76	0,63	0,00	0,00
Gráfico	0,00	0,00	0,82	0,39	0,00	0,00
Tabela	0,00	0,02	0,50	0,10	0,00	0,00

Considera-se assim que, apesar de se verificar uma tendência que evidencia um decréscimo de respostas corretas quando a complexidade da tarefa aumenta, também se verifica que, entre tarefas de diferente complexidade, os resultados, por vezes, não se apresentam estatisticamente significativos. Importa ressaltar, no entanto, a consistência dos resultados obtidos para o total (todos os questionários).

Assim, a segunda hipótese proposta vê-se parcialmente confirmada.

No próximo subcapítulo analisam-se os resultados que pretendem dar resposta à H3, formulada em conformidade com o O3.

4.2.3. A garantia de fiabilidade da informação não financeira

Relativamente à O3, procurou-se aferir a relevância atribuída por investidores não profissionais à garantia de fiabilidade da INF, tendo por base a relevância que atribuem à INF em geral.

A Tabela 4. apresenta algumas estatísticas descritivas e o nível de significância do teste dos sinais para as duas questões subjacente à análise da H3.

Tabela 4.9 – Estatísticas descritivas e significância do teste dos sinais – H3

Variável	Estatísticas Descritivas					Nível de significância
	Média	Mediana	Diferença Negativa ^a	Diferença Positiva ^b	Empate ^c	
Relevância da garantia da INF	8,19	8,00	47	25	98	0,01
Relevância da INF	7,94	8,00				

a. Relevância da INF < Relevância da garantia de fiabilidade

b. Relevância da INF > Relevância da garantia de fiabilidade

c. Relevância da INF = Relevância da garantia de fiabilidade

Com base na referida tabela é possível verificar níveis elevados de relevância atribuída quer à garantia de fiabilidade da INF, quer à INF, com uma média (mediana) de 8,19 (8,0) pontos para a garantia de fiabilidade e 7,94 (8,0) pontos para a INF, numa escala de 1 a 10.

Verifica-se ainda que 98 dos 170 participantes (aproximadamente 58%) considerou que ambas são igualmente relevantes/irrelevantes. No entanto, 47 respondentes consideraram que a relevância da INF seria inferior à relevância da sua asseguração. Aliado ao nível de significância obtido através do teste dos sinais, de 0,01, considera-se que estes resultados são estatisticamente significativos.

Contudo, e noutra perspetiva de análise destes dados, a Tabela 4. apresenta uma matriz da classificação atribuída pelos respondentes à relevância da INF *versus* a relevância atribuída à garantia da fiabilidade.

Com base na referida tabela observa-se que as diferenças negativas e positivas anteriormente identificadas situam-se em níveis relativamente próximos da escala de classificação para as duas questões propostas.

Assim, e apesar de em 42% das situações observar-se diferenças de entendimento, é possível constatar que o posicionamento não se apresenta significativamente diferente nos casos em que se atribuem relevâncias de nível inferior ou superior à relevância, quer da garantia de fiabilidade da informação, quer à relevância da INF.

Tabela 4.10 – Relevância da INF versus relevância da garantia de fiabilidade – H3

		Relevância da garantia de fiabilidade									Total 2	
		2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Relevância da informação não financeira	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	13
	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
	4	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
	5	0	0	0	7	1	0	0	1	0	9	156
	6	0	1	2	0	3	3	2	1	1	13	
	7	0	0	0	0	4	15	2	4	4	29	
	8	0	0	0	1	0	4	26	15	7	53	
	9	0	0	0	0	0	1	6	13	5	25	
	10	0	0	0	0	1	2	2	1	30	36	
	Total 1	1	2	4	8	9	25	38	35	48	170	
		15				155						
Total (1) – (2)		0	1	2	-1	-4	-4	-15	10	12		

Para uma melhor percepção visual destes dados, a Figura 4.5 apresenta o mapa de densidade como uma representação gráfica dos dados apresentados Tabela 4.10 anterior.

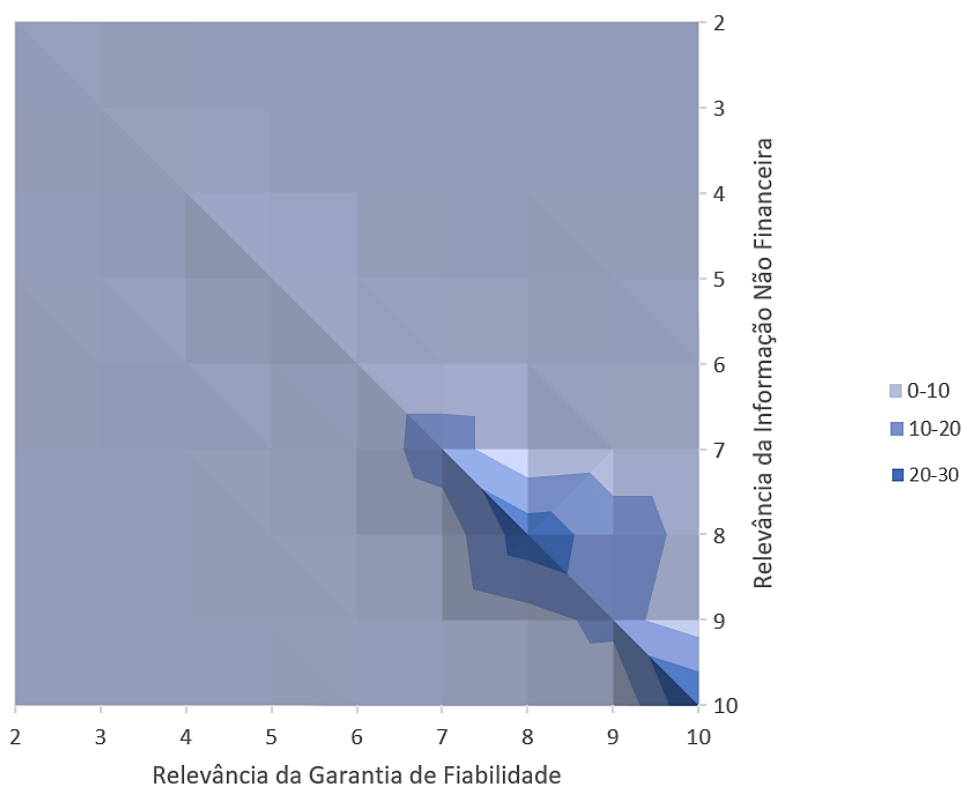


Figura 4.5 – Mapa de densidade – H3

O mapa de densidade permite, assim, identificar as respostas mais comuns e como estas se situam em relação à tendência de classificação atribuída pelos respondentes, quer para a relevância da INF, quer para garantia de fiabilidade da INF, que se apresentam relativamente similares.

Assim, a terceira hipótese proposta não se vê rejeitada.

Adicionalmente, e tendo em conta as diferentes versões do questionário elaborado, conforme referido no subcapítulo 4.1, procurou-se avaliar se as respostas poderiam ser distintas caso os respondentes tivessem prévio conhecimento de que a INF disponibilizada foi, ou não, objeto de asseguração.

A Tabela 4.11 apresenta algumas estatísticas descritivas e o nível de significância do teste dos sinais para as duas questões subjacente à análise adicional da H3, isto é, em função da existência, ou não, da garantia de fiabilidade da INF.

Tabela 4.11 – Estatísticas descritivas e significância do teste dos sinais – H3 (adicional)

Formato	Variável	Estatísticas Descritivas					Nível de significância teste dos sinais
		Média	Mediana	Diferença Negativa ^a	Diferença Positiva ^b	Empate ^c	
Com garantia da INF	Relevância da garantia da INF	8,00	8,0	21	10	53	0,07
	Relevância da INF	7,76	8,0				
Sem garantia da INF	Relevância da garantia da INF	8,37	8,0	26	15	45	0,11
	Relevância da INF	8,10	8,0				

a. Relevância da INF < Relevância da garantia da INF

b. Relevância da INF > Relevância da garantia da INF

c. Relevância da INF = Relevância da garantia da INF

Na Tabela 4.11 é possível verificar que os níveis de significância, obtidos pelo teste dos sinais, são relativamente próximos para ambas as versões do questionário, com diferenças estatisticamente significativas apenas a um nível próximo dos 10%. As médias resultantes para os valores de relevância também se aproximam das médias verificadas na Tabela 4. (8,19 pontos para a garantia de fiabilidade e 7,94 pontos para a INF), com o mesmo valor para a mediana.

Estes resultados sugerem que, mesmo quando os respondentes têm a percepção de que a informação disponibilizada foi objeto de asseguração, a sua opinião relativamente à relevância da garantia de fiabilidade da INF mantém-se relativamente inalterada. Cumpre ressaltar, contudo, a existência de níveis médios mais elevados de relevância atribuída, quer à INF, quer à garantia de fiabilidade dessa mesma informação, quando os respondentes tiveram acesso a questionários em que a INF não foi objeto de asseguração.

No próximo capítulo divulgam-se as conclusões obtidas, identificando-se ainda as limitações do estudo e sugestões para futuras investigações sobre os temas abordados.

5. Conclusões, limitações e sugestões de investigações futuras

Neste capítulo apresentam-se as conclusões do estudo realizado, as suas limitações, bem como sugestões de futuros trabalhos de investigação a desenvolver no âmbito deste tema.

5.1. Conclusões

Tendo como base a análise de resultados realizada no subcapítulo 4.2, neste subcapítulo pretende-se apresentar as conclusões obtidas relativamente às hipóteses teóricas formuladas.

5.1.1. O formato de apresentação

Como primeiro objetivo deste estudo, associado à primeira questão de investigação, procurou-se aferir se o formato de apresentação do relato não financeiro pode ter influência sobre a eficácia da análise e tempo de interpretação da INF por parte dos investidores não profissionais. Para tal, formulou-se a primeira hipótese deste estudo.

Para verificação desta hipótese, o procedimento foi dividido em duas partes: (i) a análise das três primeiras questões que integravam a primeira etapa dos questionários disponibilizados; e (ii) o registo do tempo total necessário para a realização de cada questionário.

Iniciando pela análise dos resultados referentes à primeira das três questões propostas, e relativamente à primeira questão, sobre mulheres na alta administração, verificou-se que as tabelas permitiram uma melhor aquisição e retenção da informação. Uma possível explicação para os resultados obtidos prende-se com as características do próprio gráfico. Entendendo-se os gráficos como uma forma de dispor a informação num formato visualmente atrativo e que permite uma compreensão quase imediata, é importante considerar: (i) a quantidade de informação que o gráfico pretende resumir e (ii) se, na tentativa de tornar o gráfico apelativo, o excessivo “adorno” não retira o foco da informação relevante (exceto quando tal estratégia é propositada, como acontece com as estratégias de *impression management*). Assim, estes parâmetros podem ter sido eventualmente excedidos no gráfico proposto, visto que a zona do gráfico que atrai maior atenção dispõe de uma quantidade elevada de informação, dispersando a atenção de quem o analisa.

Relativamente à segunda questão, acerca do valor da cotação no final do ano, os resultados estão de acordo com a literatura, ainda que o nível de significância demonstre que a diferença foi pouco significativa. O elevado índice de acertos demonstra que, em ambos os formatos, a informação foi bem percebida e adquirida. No entanto, importa ter em conta que a cotação

com que uma empresa encerra o ano é um indicador, classicamente, de especial relevância para um *stakeholder* e, como tal, poderá, independentemente do formato de apresentação, apresentar-se como uma informação para a qual os respondentes estariam particularmente atentos. Assim, o efeito benéfico marginal da apresentação dessa informação em formato gráfico poderá ter sido mitigado neste caso.

Acerca da última questão da primeira parte do questionário, sobre a percentagem de energia renovável em operações portuguesas, pode-se considerar que os resultados obtidos são um reflexo das outras duas questões, onde os resultados fazem variar as conclusões, dando preferência ora a um formato de apresentação, ora a outro. Esta disparidade entre as anteriores conclusões, que não permite definir qual o formato de apresentação mais eficaz, volta-se a verificar nos resultados da última questão, onde os resultados também não dão preferência a nenhum dos dois formatos.

Verifica-se então que, à luz dos resultados obtidos, a utilização de gráficos não demonstrou ter um benefício claro na eficácia da INF por parte dos respondentes. Adicionalmente, os resultados relativos ao tempo de interpretação, contrariam manifestamente a hipótese formulada, verificando-se, ao contrário do esperado, que foram os respondentes com acesso a tabelas quem concluí mais rapidamente o seu questionário.

Assim, a primeira hipótese proposta vê-se globalmente rejeitada.

5.1.2. A complexidade da tarefa

A partir do segundo objetivo deste estudo, associado à segunda questão de investigação, procurou-se aferir se a complexidade da tarefa produzia efeitos sobre a eficácia de análise da INF por parte dos investidores não profissionais, independentemente do formato de apresentação do relato não financeiro. Para tal, formulou-se a segunda hipótese deste estudo.

Numa análise preliminar, os dados recolhidos foram analisados no sentido de verificar se os resultados apontavam para uma superioridade de um ou outro formato de apresentação, consoante a complexidade da tarefa em questão. Conforme foi possível averiguar a partir da análise realizada, verificou-se uma certa consistência nos resultados.

Assim, e embora não se tenham verificado diferenças estatisticamente significativas na comparação da complexidade da pergunta ou da informação entre os diferentes níveis de complexidade em todos os casos, os resultados obtidos para o total nos casos em que tal se verificou foram consistentes com os resultados obtidos no contexto de cada um dos formatos de apresentação do relato não financeiro propostos.

Como tal, os resultados obtidos foram parcialmente ao encontro da segunda hipótese proposta, uma vez que, independentemente do formato de apresentação, a variação da complexidade da tarefa a realizar por investidores não profissionais alterou pontualmente, de forma inversamente proporcional, a eficácia da análise de informação, seja por variação da complexidade da informação disponibilizada ou da pergunta efetuada.

Assim, a segunda hipótese proposta vê-se parcialmente confirmada.

5.1.3. A garantia de fiabilidade da informação não financeira

Por fim, o terceiro objetivo deste estudo, associado à terceira questão de investigação, pretendia analisar a relevância atribuída à garantia de fiabilidade da INF tendo por base a relevância atribuída à INF por parte de investidores não profissionais. Para tal formulou-se a terceira hipótese deste estudo.

À luz dos resultados obtidos, as classificações atribuídas pelos respondentes foram relativamente similares, verificando-se que os respondentes consideram a INF tão relevante quanto a garantia de fiabilidade dessa mesma.

Tais conclusões vão ao encontro da literatura existente, confirmando-se os indícios mais recentes de que a INF goza de uma relevância cada vez maior e que, por associação, também a garantia de fiabilidade dessa informação apresenta-se cada vez mais pertinente no contexto atual.

Assim, a terceira hipótese proposta não se vê rejeitada.

5.2. Limitações e sugestões de investigação futura

Este estudo apresenta algumas limitações que importa ressaltar. Uma das limitações passou pela forma como não foi possível recorrer a um procedimento experimental que permitisse simular, de forma mais próxima da realidade, a análise de um RI e da tomada de decisão de investimentos a partir dessa mesma informação.

Assim, este estudo passou pela realização do questionário, onde se destacam os seguintes constrangimentos:

- (a) a descontinuidade na apresentação da informação, uma vez que as questões surgem sem o contexto adicional que permita um melhor entendimento por parte dos respondentes;
- (b) a subjetividade inerente à conceção de um questionário; e

- (c) o elemento inultrapassável dos trabalhos de investigações que procuram simular efeitos que se apresentariam potencialmente diferenciados em ambiente real de tomadas de decisão, ainda que com base na mesma informação apresentada.

Relativamente à amostra também se verificam algumas naturais limitações, nomeadamente quando se pretende realizar um estudo relativo a um universo de referência de difícil acesso e caracterização, razão pela qual este estudo recorreu, à semelhança de outros nesta linha, a estudantes de segundo ciclo do ensino superior como *proxy* de investidores não profissionais.

Sugere-se então, para que futuras investigações consigam mitigar algumas destas condicionantes, a utilização de um RI mais completo, com a garantia de fiabilidade da INF, nalguns casos, e apenas a auditoria da informação financeira, noutros casos. Nestas condições, poder-se-ia verificar se:

- A presença de garantia de fiabilidade da INF poderia influenciar a eficácia da análise da informação disponibilizada;
- Os participantes conseguem perceber a presença, ou ausência, da garantia de fiabilidade da INF.

Outra vertente de investigação que se sugere aprofundar prende-se com a identificação do formato de apresentação que melhor organiza e disponibiliza a informação aos *stakeholders*. Apesar de se ter verificado a existência de estudos que procuram concretizar e fundamentar esta definição teórica, seria interessante investigar se uma definição que dê preferência a uma forma de apresentação da informação, mesmo que em condições específicas, não seria excessivamente generalista. Uma das dificuldades de tal investigação, contudo, prende-se com a definição da amostra necessária para atestar uma teoria pela generalidade. Fatores como a experiência do respondente, a área ou setor de operação da empresa em análise, a qualidade dos relatos em análise, a idade, a nacionalidade, o género, interesse do respondente perante os temas referidos nos relatos em análise, entre tantos outros, poderiam ser considerados.

Referências bibliográficas

- Ackerman, D. (1991). *A Natural History of the Senses*. (Livro, Universidade de Toronto, Nova York, Estados Unidos da América). Disponível em <https://doi.org/10.3138/9781442685642-013>
- Adams, C. A. (2002). Internal organisational factors influencing corporate social and ethical reporting: Beyond current theorizing. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(2), 223-250. Disponível em <https://doi.org/10.1108/09513570210418905>
- Amer, T. S. & Ravindran, S. (2010). The effect of visual illusions on the graphical display of information. *Journal of Information Systems*, 24(1), 23-42. Disponível em <https://doi.org/10.2308/jis.2010.24.1.23>
- ANEFAC, (2021). *Empresas da União Europeia têm três anos para publicar informações de sustentabilidade*. Disponível em <http://revistaanefac.com/edicao/207/congresso-anefac-207-10/>
- Baker, M. & Schaltegger, S. (2015). Pragmatism and new directions in social and environmental accountability research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(2), 263–294.
- Baldini, M., Maso, L. D., Liberatore, G., Mazzi, F. & Terzani S. (2016). Role of Country and Firm Level Determinants in Environmental, Social, and Governance Disclosure. *Journal of Business Ethics*, 150(1), 79-98. Disponível em <https://www.springer.com/journal/10551/updates/17211284>
- Beattie, V. & Jones M. (1992). The use and abuse of graphs in annual reports: a theoretical framework and an empirical study. *Accounting and Business Research*, 22(88), 291-303. Disponível em http://eprints.gla.ac.uk/view/journal_volume/Accounting_and_Business_Research.html
- Beattie, V. & Jones M. (2008). Corporate reporting using graphs: a review and synthesis. *Journal of Accounting Literature*, 27, 71-110. Disponível em <http://eprints.gla.ac.uk/5954/>
- Bevilaqua, I. C. & Sirino, P. T. (2020). *Futuro sustentável no contexto das pequenas e médias empresas: o que a literatura evidencia?* (Artigo, Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil)
- Birkey, R. N., Michelon, G., Patten, D. M., & Sankara, J. (2016). Does assurance on corporate social responsibility reporting enhance environmental reputation? An examination in the U.S. context. *Accounting Forum*, 40(3), 143–152. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.07.001>
- Blocher, E., Moffie, R. & Zmud, W. (1986). Report format and task complexity: Interaction in risk judgments, *Accounting, Organizations and Society*, 11(6), 457-470. Disponível em [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(86\)90030-9](https://doi.org/10.1016/0361-3682(86)90030-9)
- Bricker, R. & Nehmer, R. (1995). Information presentation format, degree of information processing and decision quality. *Accounting Information Systems* 3, 3-29.
- Briem, C. R., & Wald, A. (2018). Implementing third-party assurance in integrated reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1461–1485. Disponível em <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2016-2447>
- Brown-Liburd, H. & Zamora, V. L. (2015). The role of corporate social responsibility assurance in investors judgments when managerial pay is explicitly tied to corporate social responsibility performance. *A Journal of Practice and Theory*, 34(1), 75–96. Disponível em <https://doi.org/10.2308/ajpt-50813>

- Caglio, A., Melloni, G. & Perego, P. (2017). Informational Content and Assurance of Textual Disclosures: Evidence on Integrated Reporting. *European Accounting Review*, 29(1), 55–83. Disponível em <https://doi.org/10.1080/09638180.2019.1677486>
- Carini, C., Rocca, L., Veneziani, M. & Teodori, C. (2018). Ex-Ante Impact Assessment of Sustainability Information–The Directive 2014/95. *Economic and Business Aspects of Sustainability*, 10(2), 560. Disponível em <https://doi.org/10.3390/su10020560>
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.
- Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34(4), 39-48. Disponível em <https://cf.linnbenton.edu/bcs/bm/gusdorm/upload/Pyramid%20of%20Social%20Responsibility.pdf>
- Carroll, A. B. (2015). Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*, 44, 87-96. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2015.02.002>
- Checon, B. Q. (2013). Resultado abrangente: formato de apresentação, maturação e os impactos na decisão de investimento. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, Brasil). Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122013-171427/pt-br.php>
- Chekkar, R., Gillet-Monjarret, C. & Martinez, I. (2013). *Improving Performance Understanding with Visual Presentations: An Experimental Study*. Disponível em <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2226930>
- Coll, J. H. (1992). An experimental study of the efficacy of tables *versus* bar graphs with respect to type of task. *Information and Management*, 23, 45-51. Disponível em [https://doi.org/10.1016/0378-7206\(92\)90053-I](https://doi.org/10.1016/0378-7206(92)90053-I)
- Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (2020). *Manual para o reporte não financeiro*. Disponível em <https://pmesustentavel.apee.pt/images/doc/Manual-para-o-Reporte-nao-Financeiro-id7.pdf>
- COM (2021). *Proposta de Diretiva Do Parlamento Europeu E Do Conselho que altera a Diretiva 2013/34/UE, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e o Regulamento (UE) n.º 537/2014, no que respeita à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas*. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52021PC0189>
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*, UN Documents. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/139811>
- Conati, C. & Maclaren, H. (2008). Exploring the role of individual differences in information visualization. *AVI '08: Proceedings of the working conference on Advanced visual interfaces*, 199-206. Disponível em <https://doi.org/10.1145/1385569.1385602>
- Davis, K. (1967). Understanding the Social Responsibility Puzzle. *Business Horizons*, 10(4), 45–51. Disponível em [https://doi.org/10.1016/0007-6813\(67\)90007-9](https://doi.org/10.1016/0007-6813(67)90007-9)
- Davis, L. R. (1989). Report format and the decision maker's task: An experimental investigation. *Accounting, Organizations and Society*, 14(5-6), 495-508. Disponível em [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(89\)90014-7](https://doi.org/10.1016/0361-3682(89)90014-7)

- Deegan, C. (2002). The legitimising effect of social and environmental disclosures- a theoretical foundation, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15 (3), 282-312. Disponível em <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- De Sanctis, G. (1984). Computer graphics as decision aids: Directions for research. *Decision Sciences*, 15, 463-487. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1540-5915.1984.tb01236.x>
- De Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accountability Journal*, 27(7), 1042-1067. Disponível em <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- Diouf, D. & Boiral, O. (2017). Quality of Sustainability Reports and Impression Management: A Stakeholders Perspective. *Accounting Auditing and Accountability*, 30(3), 643-667. Disponível em <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2015-2044>
- Duarte, M. & Rodrigues, J. (2011). Relato da Responsabilidade Social, Ambiente e Competitividade. *Revista Universo Contábil*, 7(4), 238-155.
Disponível em <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2226>
- Dull, R. B., Graham, A. W. & Baldwin, A. A. (2003). Web-based Financial Statements: Hyperlinks to Footnotes and their Effect on Decisions. *International Journal of Accounting Information Systems*, 4, 185-203. Disponível em [https://doi.org/10.1016/S1467-0895\(03\)00009-5](https://doi.org/10.1016/S1467-0895(03)00009-5)
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J. & La Torre, M. (2017). Barriers to implementing the International Integrated Reporting Framework: A contemporary academic perspective. *Meditari Accountancy Research*, 25 (4), 461-480. Disponível em <https://doi.org/10.1108/MEDAR-05-2017-0150>
- Druckman, P. (2013). Integrated reporting: what it is – and what is not: an interview with Paul Druckman. *Towards sustainable business*. Disponível em <https://drcaroladams.net/integrated-reporting-what-it-is-and-is-not-an-interview-with-paul-druckman/>
- Ebbesen, E. B., & Konecni, V. J. (1980). External validity of research in legal psychology. *Law and Human Behavior*, 3(1-2), 39–70. Disponível em <https://doi.org/10.1007/BF01039148>
- Eccles, R. G. & Krzus, M. P. (2010). *One report: Integrated reporting for a sustainable strategy*. Foreword by Don Tapscott.
- Eccles, R. G. & Saltzman, D. (2011). Achieving sustainability through integrated reporting. *Stanford Social Innovation review*, 9(3), 56–61.
- Eccles, R. G. & Serafeim, G. (2015). *Corporate and Integrated Reporting: A Functional Perspective*. (Dissertação. Harvard Business School, Boston, Estados Unidos da América).
- Eccles, R. G. & Spiesshofer, B. (2015). *Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism*. (Dissertação, Harvard Business School, Boston, Estados Unidos da América). Disponível em <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2665737>.
- EFRAG. (2013). *Is there a need for specific financial reporting for long-term investing activities business models*.
- EFRAG. (2021). *Reports published on development of EU sustainability reporting standards*. Disponível em <https://www.efrag.org/News/Project-476/Reports-published-on-development-of-EU-sustainability-reporting-standards>
- Elkington, J. (2004). *The Triple Bottom Line: Does It All Add Up* (1ª ed). Londres: Routledge.

- Enquist, B., Johnson, M. & Skålén, P. (2006). Adoption of corporate social responsibility - incorporating a stakeholder perspective. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 3(3), 188-207. Disponível em https://www.academia.edu/3529754/Adoption_of_corporate_social_responsibility_-_incorporating_a_stakeholder_perspective
- Feil, A. A. & Schreiber, D. (2017). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *EBAPE.BR*, 15(3). Disponível em <https://doi.org/10.1590/1679-395157473>
- Ferreira, A. P. (2014). *A divulgação de informação não financeira nas empresas portuguesas*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em <https://aeca.es/wp-content/uploads/2014/05/162h.pdf>
- Ferreira, N. J., Kassai, J. R., Lucas, E. C., & Gomes Ferreira, H. M. (2017). Relato Integrado e o Formato da Informação Financeira para Evidenciar a Criação de Valor das Empresas do Programa Piloto. *Revista Evidenciação Contabil e Finanças*, 5(3), 99–122.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman Publishing.
- Freeman, R. E. (2004). The stakeholder approach revisited. *Zeitschrift für Wirtschafts - und Unternehmensethik*, 5(3), 228-254. Disponível em <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-347076>
- Freeman, R.E., Harrison, J. S., Wicks, A.C., Parmar, B. L. & Colle, S. (2010). Stakeholder Theory. The State of the Art. *The Academy of Management Annals*, 3(1), 403-445. Disponível em <https://doi.org/10.5465/19416520.2010.495581>
- Friedman, M. (1998). *The social responsibility of business is to increase its profits, Perspectives in business ethics*. Singapore: McGraw-Hill, 246-251.
- Fried, A., Holtzman, M. P., & Mest, D. (2014). IR the new annual Report for the 21st century. *Financial Executive*, Fall 2014, 24–31
- Frownfelter-Lohrke, C. & Fulkerson, C. L. (2001). The incidence and quality of graphics in annual reports: an international comparison. *The Journal of Business Communication*, 38 (3), 337-358. Disponível em <https://doi.org/10.1177/002194360103800308>
- Gatti, L. & Seele, P. (2014). Evidence for the prevalence of the sustainability concept in European corporate responsibility reporting. *Sustainability Science*, 9(1), 89–102. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s11625-013-0233-5>
- Geerts, M. & Dooms, M. (2020). Sustainability Reporting for Inland Port Managing Bodies: A Stakeholder-Based View On Materiality. *Sustainability*, 12(5), 1726. Disponível em <https://doi.org/10.3390/su12051726>
- Ghani, E., Laswad, F., Tooley, S., & Jusoff, K. (2009). The Role of Presentation Format on Decision-makers Behaviour in Accounting. *International Business Research*, 2(1), 183-195.
- GRI (2018). *Consolidated set of GRI sustainability reporting standards*. Disponível em www.ekvilib.org/wp-content/uploads/2018/03/GRI-standardi-2016.pdf
- Gstraunthaler, T. (2010). Corporate governance in South Africa: The introduction of King III and reporting practices at the JSE Alt-x. *Corporate Ownership and Control*, 7(3), 149-157. Disponível em <https://doi.org/10.22495/cocv7i3p11>
- Guthrie, J., Manes-Rossi, F., & Orelli, R. L. (2017). Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations. *Meditari Accountancy Research*, 25 (4), 553-573. Disponível em <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2017-0155>

- Hahn, R. & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of Cleaner Production*, 59, 5-21. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005>
- Hill, M. & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Hirt, E. R., Levine, G. M., McDonald, H. E., Melton, R. J. & Martin, L. L. (1997). The role of mood in quantitative and qualitative aspects of performance: Single or multiple mechanisms? *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 602-629. Disponível em <https://doi.org/10.1006/jesp.1997.1335>
- Hodge, F. D., Kennedy, J. J. & Maines, L. A. (2004). Does search facilitating technology improve the transparency of financial reporting? *The Accounting Review*, 79(3), 687-703. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.136.9846&rep=rep1&type=pdf>
- Hunton, J. E. & McEwen, R. A. (1997). An assessment of the relation between analysts' earnings forecast accuracy, motivational incentives, and cognitive limitation search strategy. *The Accounting Review* 72(10), 497-516.
- Hussein, D., Adel, E., Elmougy, O., Fawzy, N., Hatem, N. & Elhakey, F. (2020). The influence of narrative disclosure readability, information ordering and graphical representations on non-professional investors' judgment: evidence from an emerging market. *Journal of Applied Accounting Research*, 22(1), 138-167.
- Hwang M. L. & Wu B.J. (1990). The effectiveness of computer graphics for decision support: A meta-analytic integration for research findings. *Data Base*, 21(3), 11-20. Disponível em <https://doi.org/10.1145/109022.109023>
- International Integrated Reporting Council (2011), *Towards Integrated Reporting. Communicating Value in the 21st Century*, London. Disponível em https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf
- International Integrated Reporting Council (2013), *The International <IR> Framework*. Disponível em <https://www.integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>
- International Integrated Reporting Council (2021), *International <IR> Framework*. Disponível em <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>
- Iselin, E. R. (1988). The effects of information load and information diversity on decision quality in a structured decision task. *Accounting, Organizations and Society* 13(2), 147-164. Disponível em [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(88\)90041-4](https://doi.org/10.1016/0361-3682(88)90041-4)
- ISO 26000, (2021). *Orientação sobre Responsabilidade Social (Avaliação de Desempenho e Treinamento) do Sistemas de gestão de saúde e segurança*. Disponível em <https://www.sgs.pt/>
- Jarvenpaa, S. L., & Dickson, G. W. (1988). Graphics and managerial decision making: Research based guidelines. *Communications of the ACM*, 31(6), 764-774. Disponível em <https://doi.org/10.1145/62959.62971>
- KPMG (2017). *The KPMG survey of corporate responsibility reporting 2017*. Disponível em <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/xx/pdf/2017/10/kpmg-survey-of-corporate-responsibility-reporting-2017.pdf>

- Karaman, A., Kiliç, M. & Uyar, A. (2018). What impacts sustainability reporting in the global aviation industry? An institutional perspective. *Transport Policy*, 79, 54-65. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.tranpol.2019.04.017>
- Leivian, G. M. (1980). How to communicate financial data more efficiently. *Management Accounting (USA)*, Julbo, 31-4.
- Leocádio, M. F. (2017). *Relato Integrado em Portugal*. (Dissertação de mestrado, Faculdade de economia e gestão do Porto, Porto, Portugal). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/109370/2/234892.pdf>
- Libby, R., & Lewis, B. L. (1982). Human information processing research in accounting: the start of the art in 1982. *Accounting, Organizations and Society*, 7(3), 231–285. Disponível em [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(82\)90004-6](https://doi.org/10.1016/0361-3682(82)90004-6)
- Li, X. & Yang, H. (2016). Mandatory Financial Reporting and Voluntary Disclosure: The Effect of Mandatory IFRS Adoption on Management Forecasts. *The Accounting Review* 91(3), 933-953. Disponível em <https://doi.org/10.2308/accr-51296>
- Lozano, R., Nummert, B., Ceulemans, K. (2016). Elucidating the relationship between Sustainability Reporting and Organisational Change Management for Sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 125, 168-188. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.03.021>
- Lurie, H. L. & Manson, H. C. (2007). Visual representations: implications for decision making. *Journal of Marketing*, 71(1), 160-177. Disponível em <https://doi.org/10.1509/jmkg.71.1.160>
- Martinez, I., Gillet-Monjarret, C. & Rivière-Giordano, G. (2021). The Role and Effectiveness of Corporate Social Responsibility Assurance in a Mandatory Setting: Professional Accountants' Perceptions. *M@n@gement*, 24(1), 59-79.
- Mion, G. & Adauí, C. R. (2019). Mandatory Nonfinancial Disclosure and Its Consequences on the Sustainability Reporting Quality of Italian and German Companies. *Sustainability* 11(17), 4612. Disponível em <https://doi.org/10.3390/su11174612>
- Mitchell, R. K., Agle, B. R. & Wood, D.J. (1997). Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of Who and What Really Counts. *Academy of Management Review* 22, 853–886. Disponível em <https://doi.org/10.2307/259247>
- Monteiro, S., Ribeiro, V. & Lemos, K. (2017). *A evolução do relato financeiro ao relato de sustentabilidade/integrado: uma perspetiva do setor público e privado*. (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, Portugal). Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iicicp/finais_site/78.pdf
- Nascimento, M. D. (2013). *Gerenciamento da apresentação: uma análise da utilização de gráficos nos relatórios da administração*. (Artigo, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil).
- Nicolo, G., Zanellato, G. & Tiron-Tudor, A. (2020). *Integrated Reporting and European State-Owned Enterprises: A Disclosure Analysis Pre and Post 2014/95/EU*. (Dissertação de Mestrado, Faculty of Economics and Business Administration, Italia). Disponível em <https://doi.org/10.3390/su12051908>
- Nobanee, H. & Elili, N. (2016). Corporate sustainability disclosure in annual reports: Evidence from UAE banks: Islamic versus conventional. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 55, 1336–1341. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.rser.2015.07.084>

- Nouri, H. & Douglas Clinton, B. (2006). Gender, media presentation, and concern with the correct use of words - testing a three-way interaction. *Accounting Education*, 15(1), 61-72. Disponível em <https://doi.org/10.1080/06939280500453148>
- OCDE (2021). *Responsible Business Conduct, the new normal for a sustainable future*. Disponível em <https://mneguidelines.oecd.org/>
- ONU (1999). *Pacto Global das Nações Unidas*. Disponível em <https://www.unglobalcompact.org/>
- ONU (2021). *The SDGS in action*. Disponível em <https://www.undp.org/>
- Paivio, A. (1974). Spacing of repetitions in the incidental and intentional free recall of pictures and words. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 13, 497-511. Disponível em [https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(74\)80002-2](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(74)80002-2)
- Pennings, F. (2017). *Assurance of corporate social responsibility (CSR) reports and capital market benefits in a European setting*. Radboud University.
- Pennington, R. & Tuttle, B. (2009). Managing impressions using distorted graphs of income and earnings per share: the role of memory. *International Journal of Accounting Information Systems*, 10(1), 25-45. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2008.10.001>
- Pereira, D. (2016). *O Relato Integrado: Utopia ou Realidade*, (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, Portugal). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/14349>
- Pereira, D. & Carreira, F. (2017). *A nova era de relato: o RI*. (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, Portugal). Disponível em https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica//finais_site/94.pdf
- Pistoni, A., Songini, L., & Bavagnoli, F. (2018). Integrated reporting quality: An empirical analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(4), 489–507. Disponível em <https://doi.org/10.1002/csr.1474>
- Preston, L. & Post, J. (1981). Private Management and Public Policy. *California Management Review*, (3), 56-62. Disponível em <https://doi.org/10.2307/41172602>
- Rego, A., Cunha, M., Costa, N., Gonçalves, H., & Cabral, C. (2007). *Gestão Ética e Socialmente Responsável: Teoria e Prática*. (2ª ed.). Lisboa: Editora RH
- Reimsbach, D. Hahn, R. & Gürtürk, A. (2018). Integrated Reporting and Assurance of Sustainability Information: An Experimental Study on Professional Investors' Information Processing. *Taylor and Francis Journals*, 27(3), 559-581. Disponível em <https://doi.org/10.1080/09638180.2016.1273787>
- Reis, C. D. (2020). *O relato de informação não financeira após a aplicação da diretiva 2014/95/UE: o que determina a divulgação da informação num Relato de sustentabilidade autónomo e a sua auditoria?* (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/21810>
- Reis, E. (2008). *Estatística descritiva* (7). Lisboa: Sílabo.
- Ribeiro, D. I. (2019). *A relevância da informação não financeira: estudo de caso brisa*. (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/30375>
- Rodrigues, M. A. & Morais, A. I. (2018). *Seeking Legitimacy and Sustainability through Integrated Reporting*. In *XVIII Encuentro Internacional AECA*. (ISCTE, Lisboa, Portugal).

- Rodrigues, M. A. (2021). *Determinantes e metodologias de ensino da garantia de fiabilidade no relato integrado*. (Tese de Doutoramento. Universidade Europeia, Lisboa, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/37631>
- Romero, S., Ruiz, S. & Fernandez-Feijoo, B. (2019). Sustainability reporting and stakeholder engagement in Spain: different instruments, different quality. *Business Strategy and the Environment*, 28(1), 221-232. Disponível em <https://doi.org/10.1002/bse.2251>
- Rose, J. M. (2002). The effects of multimedia-induced affective states on recall and decision making by individual investors, *International Journal of Accounting Information Systems*, 2(1), 22-40. Disponível em [https://doi.org/10.1016/S1467-0895\(00\)00015-4](https://doi.org/10.1016/S1467-0895(00)00015-4)
- Stoltzemburg, V. E. (2020). *As estratégias de impression management através da mensagem da administração das entidades do setor bancário em Portugal*. (Dissertação Mestrado, Instituto Superior De Contabilidade E Administração De Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.21/13305>
- Silva, M. F. (2014). *O Relato Integrado*. (Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal). Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19404/1/Tese%20MAS%20UCP%202014.pdf>
- Smith, L. M. & Bain, C. E. (1987). Computer Graphics for Today's Accountant. *The CPA Journal*, 57(2), 18-35.
- Tuttle, B. M. & Kershaw, R. (1998). Information presentation and judgment strategy from a cognitive fit perspective. *Journal of Information Systems* 12(1), 1-17. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=68070>
- Tufte, E. (1983). *The Visual Display of Quantitative Information*. (1ª ed.). Cheshire: Graphics Press. Disponível em <https://doi.org/10.1515/9783050093833-035>
- UBS (2012). *Q-Series: What is "Integrated Reporting?"*. Disponível em <https://www.ubs.com/global/en/investor-relations/financial-information/annual-reporting/ar-archive.html>
- União Europeia. (2014). Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos. *Jornal Oficial União Europeia*, 2014(8), 48–53.
- Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1042–1067. Disponível em <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- Wainer, H. & Thissen, D. (1982). Graphical data analysis. *The Bureau of Social Science Research*, 32, 191-241. Disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.32.020181.001203>
- Wartick, S. L. & Mahon, J. F. (1994). Toward a Substantive Definition of the Corporate Issue Construct: A Review and Synthesis of the Literature. *Business and Society*, 33(3), 293-311. Disponível em <https://doi.org/10.1177/000765039403300304>
- Washburne, J. (1927). An experimental study of various graphic, tabular, and textual methods of presenting quantitative material. *Journal of Educational Psychology*, 18(6), 361-376. Disponível em <https://doi.org/10.1037/h0074758>

Apêndice 1 – Garantia de fiabilidade da informação não financeira

Garantia de Fiabilidade da informação não financeira

A Empresa X deseja construir a confiança necessária para apoiar a tomada de decisão dos *stakeholders* relativamente à Empresa e, por esta razão, submete os conteúdos deste relatório a uma avaliação externa, independente e certificada.

As conclusões apresentadas no Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade foram:

- **Garantia Razoável de Fiabilidade:** Com base no trabalho efetuado, é nossa opinião que a Pegada de Carbono da Empresa X, incluída no Relatório Integrado de Gestão 2020, foi preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com as instruções e critérios divulgados no mesmo;
- **Garantia Limitada de Fiabilidade:** Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação de sustentabilidade, incluída no Relatório Integrado de Gestão 2020, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes Global Reporting Initiative (“GRI”) Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo.

Apêndice 2 – Ausência da garantia de fiabilidade da informação não financeira

Ausência da Garantia de Fiabilidade da informação não financeira

A Empresa X deseja construir a confiança necessária para apoiar a tomada de decisão dos *stakeholders* relativamente à Empresa e, por esta razão, submete a informação financeira deste relatório a uma avaliação externa, independente e certificada. No entanto a informação não financeira do relatório não foi assegurada externamente, pois não há fundamentos que justifiquem o custo de tal garantia considerando a natureza das operações do Grupo.

Apêndice 3 – Questões demográficas

***Género**

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione... ▾
Por favor, seleccione...
Feminino
Masculino
Prefiro não responder
Outro:

***Idade (anos)**

Neste campo só é possível introduzir números.

***Formação académica (a última concluída):**

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione... ▾
Por favor, seleccione...
Licenciatura
Pós-graduação
Mestrado
Doutoramento
Pós-doutoramento

***Área da formação académica (a última concluída):**

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione... ▾
Por favor, seleccione...
Gestão
Finanças
Economia
Outro:

***Qual a sua atividade principal?**

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione... ▾
Por favor, seleccione...
Estudante (exclusivamente)
Estudante / Trabalhador

***Indique o número de anos de experiência profissional:**

Neste campo só é possível introduzir números.

Apêndice 4 – Formato gráfico ou figurativo

Contributo para os objetivos de desenvolvimento sustentável



Mulheres na administração

★Qual a percentagem de mulheres na alta administração atual?

● Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...

- Por favor, seleccione...
- 33%
- 26%
- 57%
- Não me recordo
- Não prestei a devida atenção
- Outro:

Seguinte

Desempenho da ação ao longo do ano 2020 da empresa X



Cotação da ação

*Qual a cotação das ações, em euros, da empresa X no dia 31 de dezembro de 2020?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
6,82
14,90
8,75
Não me recordo
Não prestei a devida atenção
Outro:

Seguinte

Principais Indicadores - Segmentos de negócio



Principais Indicadores - Segmentos de negócio

*Qual a percentagem de eletricidade renovável adquirida nas operações em Portugal?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
80%
20%
60%
Não me recordo
Não prestei a devida atenção
Outro:

Seguinte

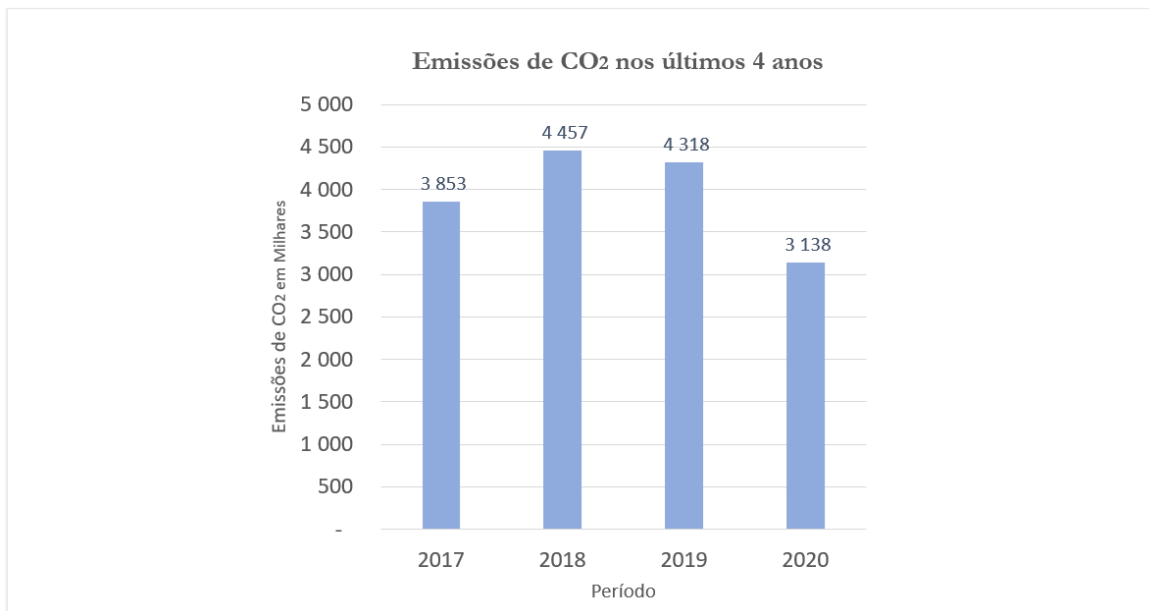
Relevância da Garantia de Fiabilidade da informação não financeira nos Relatos Integrados

*Classifique, numa escala de 1 “nada importante” a 10 “extremamente importante”:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
a relevância que atribui à informação não financeira na sua potencial decisão de investimento ou desinvestimento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
a relevância que atribui, para efeitos de tomada de decisão, à divulgação de garantia de fiabilidade relativamente à informação não financeira.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Seguinte

Gráfico das Emissões de CO2 da Empresa X



Questões sobre a Emissão de CO2 da Empresa X

*Em que ano a empresa X tem o valor mais baixo de emissões de CO2?

Escolher uma das seguintes respostas

- Por favor, seleccione...
- Por favor, seleccione...
- 2017
- 2018
- 2019
- 2020
- Não me recordo
- Não prestei a devida atenção

...a no valor de CO2?

* Qual período teve a maior queda no valor de CO2?

Escolher uma das seguintes respostas

- Por favor, seleccione...
- Por favor, seleccione...
- 2017 - 2018
- 2018 - 2019
- 2019 - 2020
- Não me recordo
- Não prestei a devida atenção

2 de 2019 para 2020.

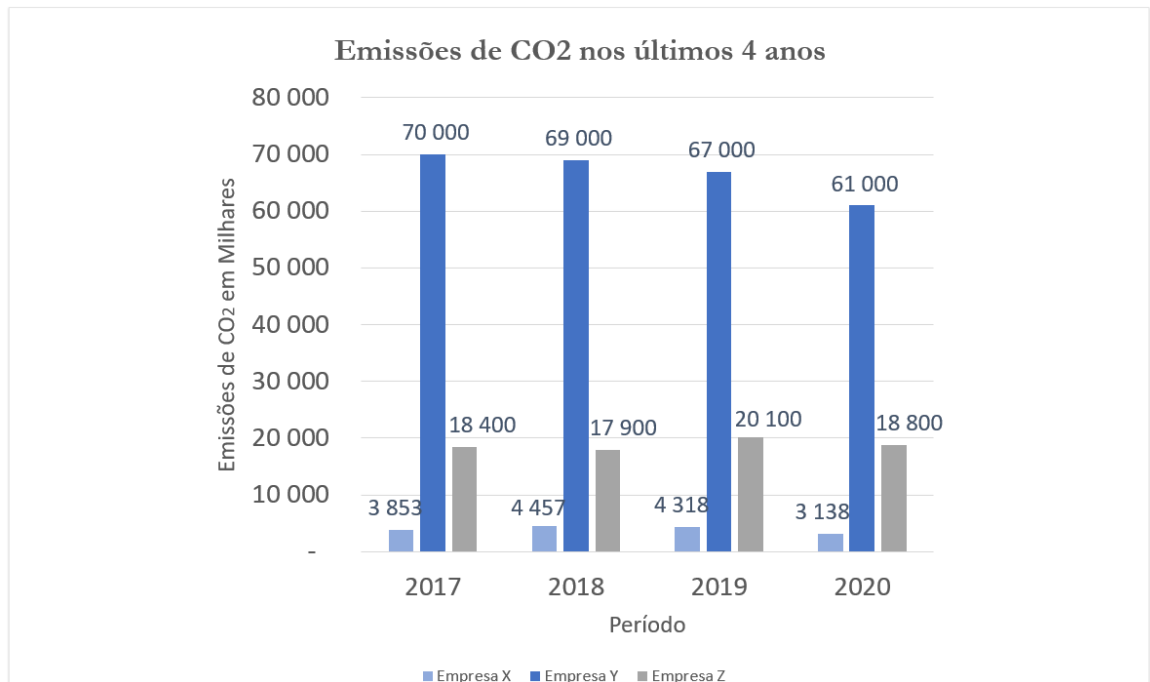
* Quantifique a diminuição do CO2 de 2019 para 2020.

Escolher uma das seguintes respostas

- Por favor, seleccione...
- Por favor, seleccione...
- 1 180
- 2 590
- 500
- Não me recordo
- Não prestei a devida atenção
- Outro:

Seguinte

Gráfico das Emissões de CO2 da Empresa X, Y e Z



Questões sobre a Emissão de CO2 da Empresa X, Y e Z

*Qual a Empresa com pior valor de emissões de CO2 em 2020?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, selecione...
Por favor, selecione...
Empresa X
Empresa Y
Empresa Z
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

sa Z teve a maior queda no valor das emissões de CO2?

*Qual o período em que a empresa Z teve a maior queda no valor das emissões de CO2?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, selecione...
Por favor, selecione...
2017 - 2018
2018 - 2019
2019 - 2020
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

missões de CO2 na empresa Y entre 2018 e 2019?

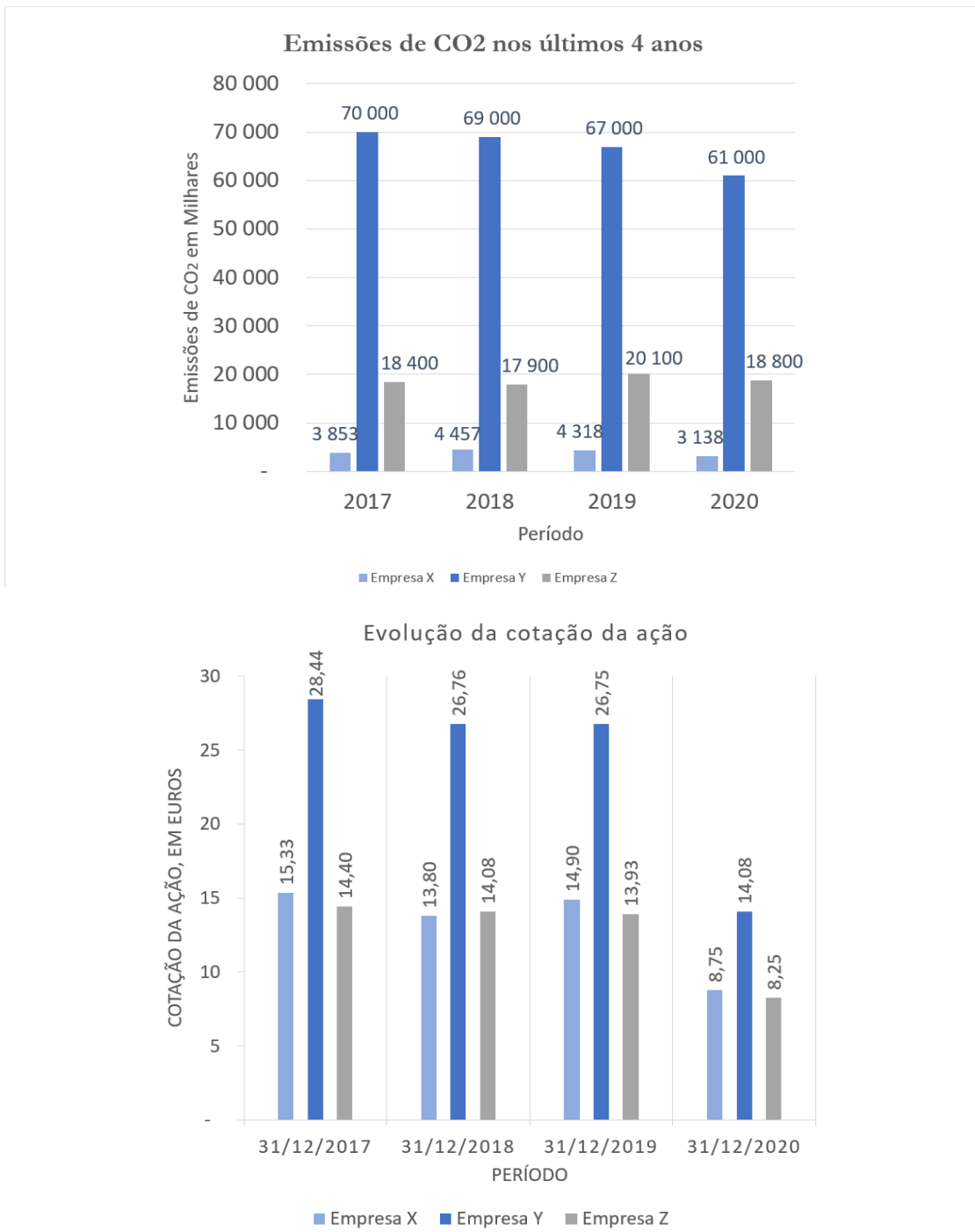
*Quantifique a diminuição das emissões de CO2 na empresa Y entre 2018 e 2019?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, selecione...
Por favor, selecione...
1 000
2 000
500
Não houve uma diminuição
Não me recordo
Não prestei a devida atenção
Outro:

Seguinte

Gráfico das Emissões de CO2 e das cotações da ação da Empresa X, Y e Z



Questões sobre as Emissões de CO2 e as cotações da ação das Empresa X, Y e Z

*Qual a Empresa com o menor valor de Emissões de CO2 em 2020?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
Empresa X
Empresa Y
Empresa Z
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

*Qual o período em que a empresa Y teve a maior queda no valor da cotação da ação?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
2017 - 2018
2018 - 2019
2019 - 2020
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

*Quantifique a diminuição da cotação, em euros, da empresa X entre 2017 e 2018?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
0,25
1,53
3,20
Não me recordo
Não prestei a devida atenção
Outro:

Submeter

Apêndice 5 – Formato através de tabelas

Contributo para os objetivos de desenvolvimento sustentável

	Mulheres no mandato	Colaboradores contratados localmente
Objetivos	33%	>90%
Progresso	26%	>99%

	Mulheres no mandato	Colaboradores contratados localmente
Objetivos	33%	>90%
Progresso	26%	>99%

Faixa Etária dos Colaboradores:

- 10% de colaboradores com menos de 30 anos (Geração Y)
- 66% dos colaboradores têm entre os 30 e os 50 Anos (Geração x/Y)
- 24% dos colaboradores têm mais de 50 Anos (Baby Boomer)
- 26% de mulheres no mandato atual
- 43% dos colaboradores são mulheres

Mulheres na administração

*Qual a percentagem de mulheres na alta administração atual?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
33%
26%
57%
Não me recordo
Não prestei a devida atenção
Outro:

Seguinte

Desempenho da ação ao longo do ano 2020 da empresa X

Cotação da ação a 31 de dezembro de 2019	14,90
Cotação da ação a 29 de fevereiro de 2020	12,648
Cotação da ação a 31 de abril de 2020	10,398
Cotação da ação a 30 de junho de 2020	10,374
Cotação da ação a 31 de agosto de 2020	19,15
Cotação da ação a 30 de setembro de 2020	7,1068
Cotação da ação a 31 de dezembro de 2020	8,75
Cotação mínima da ação durante 2020	6,82 a 29 de outubro
Cotação máxima da ação durante 2020	15,76 a 6 de janeiro
Total de ações transacionadas	1.762 milhões de ações

Cotação da ação

*Qual a cotação das ações, em euros, da empresa X no dia 31 de dezembro de 2020?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
 Por favor, seleccione...
 6,82
 14,90
 8,75
 Não me recordo
 Não prestei a devida atenção
 Outro:

Seguinte

Principais Indicadores - Segmentos de negócio

Upstream	130 kboepd Produção média WI	2,3 (\$/boe) Custos de Produção
Refinação	87,1 mboe	13,9 mt
E Midstream	Matérias-primas processadas	Vendas de produtos petrolíferos
Comercial	6,0 mt Vendas de produtos petrolíferos	3,3 TWh Vendas totais de eletricidade
Renováveis e Novos Negócios	80% Eletricidade renovável adquirida nas operações em Portugal	372 GWh Energia renovável gerada

Principais Indicadores - Segmentos de negócio

*Qual a percentagem de eletricidade renovável adquirida nas operações em Portugal?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
 Por favor, seleccione...
 80%
 20%
 60%
 Não me recordo
 Não prestei a devida atenção
 Outro:

Seguinte

Relevância da Garantia de Fiabilidade da informação não financeira nos Relatos Integrados

*Classifique, numa numa escala de 1 "nada importante" a 10 "extremamente importante":

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
a relevância que atribui à informação não financeira na sua potencial decisão de investimento ou desinvestimento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
a relevância que atribui, para efeitos de tomada de decisão, à divulgação de garantia de fiabilidade relativamente à informação não financeira.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Seguinte

Tabela das Emissões de CO2 da Empresa X

		2017	2018	2019	2020
Empresa X	Emissões de CO2 (em milhares)	3 853	4 457	4 318	3 138

Questões sobre a Emissão de CO2 da Empresa X

*Em que ano a empresa X tem o valor mais baixo de emissões de CO2?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
 Por favor, seleccione...
 2017
 2018
 2019
 2020
 Não me recordo
 Não prestei a devida atenção

...a no valor de CO2?

* Qual período teve a maior queda no valor de CO2?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, selecione...
Por favor, selecione...
2017 - 2018
2018 - 2019
2019 - 2020
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

de 2019 para 2020.

* Quantifique a diminuição do CO2 de 2019 para 2020.

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, selecione...
Por favor, selecione...
1 180
2 590
500
Não me recordo
Não prestei a devida atenção
Outro:

Seguinte

Tabela das Emissões de CO2 da Empresa X, Y e Z

		2017	2018	2019	2020
Empresa X	Emissões de CO2 (em milhares)	3 853	4 457	4 318	3 138
Empresa Y	Emissões de CO2 (em milhares)	70 000	69 000	67 000	61 000
Empresa Z	Emissões de CO2 (em milhares)	18 400	17 900	20 100	18 800

Questões sobre a Emissão de CO2 da Empresa X, Y e Z

*Qual a Empresa com pior valor de emissões de CO2 em 2020?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, selecione...
Por favor, selecione...
Empresa X
Empresa Y
Empresa Z
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

Empresa Z teve a maior queda no valor das emissões de CO2?

*Qual o período em que a empresa Z teve a maior queda no valor das emissões de CO2?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, selecione...
Por favor, selecione...
2017 - 2018
2018 - 2019
2019 - 2020
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

Emissões de CO2 na empresa Y entre 2018 e 2019?

*Quantifique a diminuição das emissões de CO2 na empresa Y entre 2018 e 2019?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
1 000
2 000
500
Não houve uma diminuição
Não me recordo
Não prestei a devida atenção
Outro:

Seguinte

Tabela das Emissões de CO2 e das cotações da ação da Empresa X, Y e Z

		2017	2018	2019	2020
Empresa X	Emissões de CO2 (em milhares)	3 853	4 457	4 318	3 138
	Cotação da ação (a 31 de dezembro – em euros)	15,33	13,80	14,90	8,75
Empresa Y	Emissões de CO2 (em milhares)	70 000	69 000	67 000	61 000
	Cotação da ação (a 31 de dezembro – em euros)	28,44	26,76	26,75	14,08
Empresa Z	Emissões de CO2 (em milhares)	18 400	17 900	20 100	18 800
	Cotação da ação (a 31 de dezembro – em euros)	14,40	14,08	13,93	8,25

Questões sobre as Emissões de CO2 e as cotações da ação das Empresa X, Y e Z

*Qual a Empresa com o menor valor de Emissões de CO2 em 2020?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
Empresa X
Empresa Y
Empresa Z
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

Qual a Empresa Y teve a maior queda no valor da cotação da ação?

*Qual o período em que a empresa Y teve a maior queda no valor da cotação da ação?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
2017 - 2018
2018 - 2019
2019 - 2020
Não me recordo
Não prestei a devida atenção

Qual a cotação, em euros, da empresa X entre 2017 e 2018?

*Quantifique a diminuição da cotação, em euros, da empresa X entre 2017 e 2018?

Escolher uma das seguintes respostas

Por favor, seleccione...
Por favor, seleccione...
0,25
1,53
3,20
Não me recordo
Não prestei a devida atenção
Outro:

Submeter